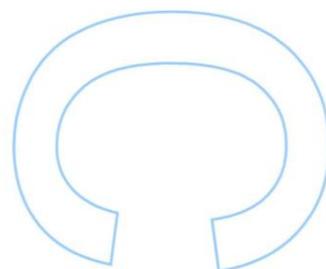
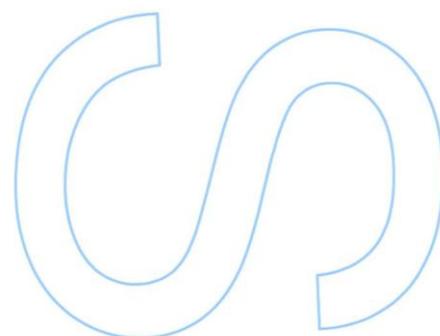
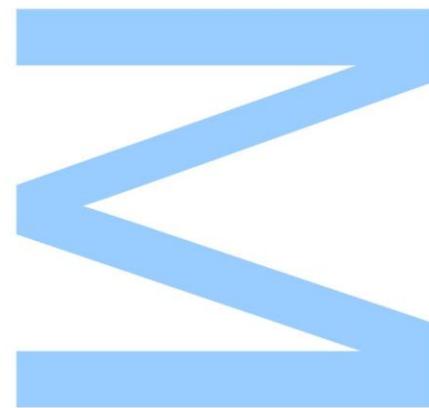




Os Observatórios de Paisagem como uma plataforma de envolvimento da sociedade civil a longo prazo



Rafaela Rodrigues Alves Souza

Mestrado em Arquitetura Paisagista

Departamento de Geociências, Ambiente e Ordenamento do Território
2019

Orientadora acadêmica

Carla Gonçalves, Arquiteta Paisagista,
Faculdade de Ciências da Universidade do Porto

Orientador profissional

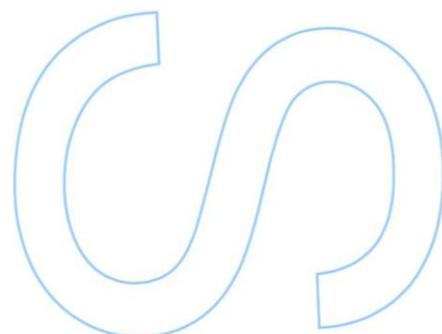
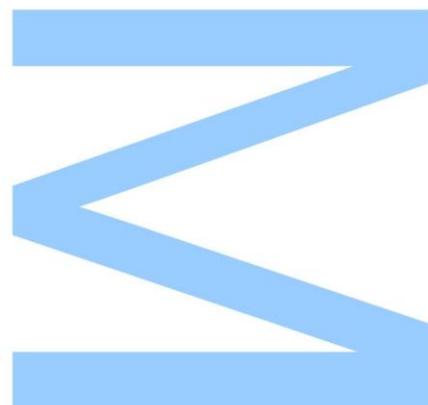
Dirk Gotzmann, Diretor da CIVILSCAPE,
We are the landscape people



Todas as correções determinadas pelo júri, e só essas, foram efetuadas.

O Presidente do Júri,

Porto, ____ / ____ / ____



Para José Esdras
por acreditar nos meus sonhos

Nota introdutória

O presente relatório foi desenvolvido no âmbito do estágio realizado na CIVILSCAPE, organização não-governamental europeia, cujos membros são diferentes tipos de organizações relacionadas com a sociedade civil e cujas ações se focam na implementação da Convenção Europeia da Paisagem, do Conselho da Europa. Teve a duração de seis meses na cidade de Bonn, Alemanha, e foi realizado sob a orientação profissional do seu diretor, Dirk Gotzmann e da orientadora académica, a arquiteta paisagista, Carla Gonçalves, da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto. A experiência de estágio e este relatório final fazem parte do exercício para a conclusão do mestrado em Arquitetura Paisagista na Faculdade de Ciências da Universidade do Porto.

*Este relatório foi escrito no vocabulário de Português do Brasil, mas com algumas adaptações aos termos e expressões do Português de Portugal.

Agradecimentos

O fim de um ciclo acadêmico é a compilação de uma série de colaborações, um exercício em conjunto de energias que se materializaram nesse trabalho.

Agradeço imensamente a minha família, Janice, Thiago, Rivaldo (*in memoriam*), Jussara, Fátima, Vovó, pelos estímulos e apoio permanentes a expansão do saber.

As grandes parceiras, Fabi, Beca, Maysa, Mari e ao querido Guilherme e Beatriz, pelos laços de amizade e por participarem ativamente desse percurso, de perto e de longe.

Aos colegas e professores do Mestrado de Arquitetura Paisagista, pelo conhecimento compartilhado nesses anos de intenso aprendizado.

A professora Carla, pela orientação acadêmica e por ter guiado esse caminho de conclusão do mestrado.

Ao Dirk Gotzmann e Inge Gotzmann, pelo acolhimento profissional durante o período de estágio da CIVILSCAPE em Bonn e pelas oportunidades proporcionadas, e aos membros da direção da CIVILSCAPE.

A equipe do Observatório de Paisagem da Catalunha, pela oportunidade de conhecer o observatório, em especial, ao diretor Pere Sala, pela entrevista concedida.

Ao diretor da LandschappenNL da região de Utecht, Gerrit-Jan e a integrante da De Groene-Motor, Marleen Van der Lee, pela disponibilidade de entrevista e visita de estudo.

Por fim, agradeço em especial as pessoas e paisagens que me envolveram nesses anos de aprendizado, tornando a busca pelo conhecimento um exercício prazeroso.

Resumo

Os observatórios da paisagem são recomendados pelo Conselho da Europa (COE) como um dos instrumentos para a implementação da Convenção Europeia da Paisagem (CEP). Eles operam como fóruns para a monitorização contínuo das dinâmicas da paisagem em sua proteção, gestão e planeamento em diferentes níveis territoriais - local, regional, inter-regional e nacional – com tipos diferentes emergências, reunindo agentes na troca de informações e estimulando a conscientização da paisagem, pela sociedade.

É dentro dessa ideia que este relatório reflete sobre a inclusão de processos de participação da sociedade civil nessas plataformas de observação. Levando em consideração a carga emocional e perceptiva das pessoas como um dos componentes essenciais da noção de paisagem em acordo com a atuação da CIVILSCAPE. Três estudos de caso foram eleitos em três países da Europa, que envolvem os agentes civis com a paisagem, construindo a partir deles um repertório de condutas, sob o formato de recomendações. O foco está no estágio de sensibilização com o território, reconhecendo-o como paisagem, estimulando o impulso e condução de iniciativas pela sociedade civil.

Com base nas lições aprendidas nos estudos de caso, três pilares foram construídos para apoiar a proposta: comunicação e transmissão de conhecimento sobre paisagem, os novos modelos de governança e a gestão participativa. É ainda desenvolvido como um exercício de aplicação, a estrutura de uma proposta piloto para uma plataforma colaborativa de imagem digital no âmbito de contributo para Observatório da Paisagem da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto, intencionando evoluir de uma atitude de reação às pressões sobre paisagem para o estímulo ao desenvolvimento de formatos de observação proativos e estratégicos.

Palavras-chave: Observatório de paisagem, sociedade civil, CIVILSCAPE, agentes, envolvimento dos cidadãos.

Abstract

Landscape observatories are recommended by the Council of Europe (COE) as one of the instruments for the implementation of the European Landscape Convention (ELC). They operate as forums for continually monitoring landscape dynamics in protection, management and planning at different territorial levels - local, regional, interregional and national - with different types of emergencies, bringing together agents for information exchange and stimulating landscape awareness by society.

It is within this idea that this report reflects on the inclusion of civil society participation processes in these observation platforms. Taking into account the emotional and perceptive burden of people as one of the essential components of the notion of landscape in accordance with the performance of CIVILSCAPE. Three case studies were elected in three European countries, involving landscape civil agents, building on them from a repertoire of conduct under the prohibition format. The focus is not on the stage of sensitization with territory, landscape recognition, stimulation or impetus and conducting initiatives by civil society.

Based on the editions learned from the case studies, three pillars were built to promote a proposal communication and knowledge transmission about landscape, new governance models and participatory management. It is still developed as an application exercise, a framework of a pilot proposal for a collaborative imaging platform within the Landscape Observatory of the Faculty of Sciences of the University of Porto, with the intention of evolving an attitude of reaction to landscape pressures for to stimulate the development of proactive and strategic observation formats.

Keywords: Landscape observatory, civil society, CIVILSCAPE, stakeholders, civic involvement.

Índice

Introdução	25
I – Tema.....	25
II – Questões de investigação	27
III – Objetivos	27
IV – Metodologia.....	28
V – Estrutura do relatório	30
Capítulo 1 – Da Convenção Europeia da Paisagem aos observatórios de paisagem	32
1.1 - A Convenção Europeia da Paisagem	32
1.2 – As recomendações do Conselho da Europa e as redes europeias da paisagem	34
1.3 - Síntese orientadora do capítulo 1:	36
Capítulo 2 – Os agentes civis na paisagem e o trabalho da CIVILSCAPE	37
2.1- Os agentes civis da paisagem: grupo alvo da pesquisa	37
2.2 - A CIVILSCAPE: Uma organização não governamental europeia da paisagem	38
2.3 - Síntese orientadora do capítulo 2:	39
Capítulo 3 – As tipologias de observatórios de paisagem na Europa	40
3.1. – O projeto <i>Landscape Observatory Documentation</i>	40
3.2. – Observatórios de paisagem, centros e institutos na Europa	41
3.2.1 - Observatório de Paisagem da Catalunha	44
3.3. – Discussão e troca de conhecimento sobre os observatórios de paisagem	46
3.4 – Síntese orientadora do capítulo 3	49
Capítulo 4 – Análise dos estudos de caso	50
4.1. - Critérios.....	50
4.2. – Caso I – <i>Kuladig e Kleks</i> : plataformas digitais colaborativas da paisagem e património na Alemanha	51
4.2.1. As plataformas	51
4.2.2. Processos de envolvimento da sociedade civil nas plataformas.....	53
4.2.3. Contributos e desafios das plataformas.....	56

4.3. – Caso II – A <i>LandschappenNL</i> – O trabalho dos voluntários verdes na manutenção da paisagem holandesa	57
4.3.1. A organização <i>LandschappenNL</i> e o monitoramento da paisagem.....	57
4.3.2. Processos e dinâmicas de envolvimento dos agentes civis na <i>LandschappenNL</i>	61
4.3.3. Contributos e desafios do trabalho voluntário na Holanda	66
4.4. – Caso III – <i>Priorat-Montsant-Siurana</i> : a sociedade civil na condução da candidatura a património mundial da UNESCO	69
4.4.1. A paisagem de Priorat	69
4.4.2. Processos e dinâmicas de envolvimento de agentes civis em Priorat	71
4.4.3. Contribuições e desafios da experiência de Priorat.....	76
4.5 – Lições e tópicos chaves aprendidos com os estudos de caso	77
Capítulo 5 – Proposta: recomendações para o envolvimento da sociedade civil	80
5.1. – Reflexões de como os observatórios de paisagem podem responder aos anseios da sociedade civil	80
5.2. – Recomendações para o envolvimento da sociedade civil a longo prazo no âmbito dos observatórios, centros e institutos de paisagem.....	81
5.3. – Construindo plataformas participativas: proposta de aplicação das recomendações para o observatório de paisagem da Faculdade Ciências da Universidade do Porto	88
Considerações finais	93
Bibliografia	95
Índice de anexos	99

Índice de figuras, ilustrações e mapa

Ilustração 1 – Diagrama da metodologia do relatório (fonte: elaboração própria)	29
Ilustração 2 - Diagrama da estrutura principal do relatório (fonte: elaboração própria)	30
Figura 1 - Ilustração do direito a paisagem (fonte: publicação do Council of Europe Landscape Convention Contribution to human rights, democracy and sustainable development)	33
Ilustração 3 – Narrativa temporal dos principais momentos do COE, Observatórios de paisagem e conferências (fonte: elaboração própria)	35
Figura 2 - Imagem da Interface da plataforma do LOD (fonte: https://areeweb.polito.it/LOD/index.htm)	40
Figura 3 - Imagem com os observatórios de paisagem da plataforma digital do LOD (fonte: https://areeweb.polito.it/LOD/index.htm)	41
Figura 5 - Oficina de Pintura e observação da paisagem do Montado (fonte: website do observatório)	42
Figura 6 - Imagem da plataforma digital da região de Bretanha com destaque para a paisagens sínteses: A vila, o vale e o litoral. (fonte: website da plataforma, 2019)	43
Figura 7 - Imagem da plataforma digital da OAPA (fonte: website do observatório, 2019)	44
Figura 8 - Centro de documentação do Observatório de Paisagem da Catalunha (fonte: elaboração própria)	45
Ilustração 3.1 - Narrativa temporal com destaque para as conferências (fonte: elaboração própria)	47
Figura 8 - Capas dos encontros realizados nos últimos anos (fonte: website LOD)	49
Mapa 1 - Localização dos casos de estudos (fonte: elaboração própria)	50
Figura 10 - Imagem da Plataforma digital com o objeto de destaque do mês do Kuladig (fonte: website do Kuladig, 2019)	52
Figura 11 - Imagem do mapa Plataforma digital do Kuladig (fonte: website do Kuladig, 2019)	52
Figura 12 – Imagem do mapa da plataforma do Kleks (fonte: website Kleks, 2019)	53
Figura 13 – Imagem com destaque para os tipos de dados que são registrados (fonte: website Kleks, 2019)	53
Figura 14 – Imagem da plataforma do Kleks com destaque para os elementos que transbordam as fronteiras (fonte: website Kleks, 2019)	54
Figura 15 – Imagem da web do Kuladig (fonte: website do Kuladig)	55
Figura 16 - Monumento do mês de setembro de 2019 (fonte: website do Kuladig)	55
Figura 17 – Voluntários verdes (fonte: website do Natuurwerkdag)	57
Figura 18 – Imagem da plataforma digital da LandschappenNL (fonte: website LandschappenNL)	58
Figura 19 - Mapa de identificação das regiões provinciais na Holanda (fonte: website LandschappenNL,2019)	59
Figura 20 – Imagem da plataforma digital do observatório de paisagem holandês (fonte: website do observatório, 2019)	60

Ilustração 4 – Diagramas de frente de trabalho da LandschappenNL (fonte: elaboração própria)	61
Ilustração 5 - Diagrama do conceito do trabalho voluntário da LandschappenNL (fonte: elaboração própria)	62
Figura 21 – Trabalho voluntário e formação (fonte: website Landschapsbeheer)	63
Figura 22 – Imagem da plataforma digital da organização que promove o Dia da Natureza (fonte: website do Natuurwerkdag, 2019)	64
Figura 23 – Projeto para um espaço verde na província de Flevoland (fonte: publicação paisagem, desenvolvimento rural e cidadania, 2017)	64
Figura 24 – Instalação de elementos de sinalização pelos voluntários (fonte: website da Landschapsbeheer)	65
Figura 25 – Círculo Dourado de Simon Sinek usado para pensar a motivação cidadão pela De Groene Motor (fonte: https://www.webton.nl/blog/wat-is-de-golden-circle.html)	66
Figura 26 – (fonte: website do Natuurwerkdag)	68
Figura 27 – Território da Comarca de Priorat (fonte: dossier de candidatura de Priorat)	69
Figura 28 – Mapa do território de Priorat (fonte: fonte: dossier de candidatura de Priorat)	70
Figura 29 – Cartazes em reação aos projetos energia em Priorat (fonte: apresentação Roser Vernet)	71
Ilustração 6 – Linha do tempo do processo da candidatura de Priorat a UNESCO (fonte: elaboração própria)	74
Figura 30 - Reunião com a comunidade local (fonte: dossier de candidatura de Priorat)	75
Ilustração 7 - Diagrama dos níveis de trabalho da candidatura de Priorat (fonte: elaboração própria)	75
Ilustração 31 – Paisagem de Priorat (fonte: website Prioritat)	76
Tabela 2 – Tabela síntese dos principais conceitos do capítulo 4 (fonte: elaboração própria)	78
Ilustração 8 – Diagrama dos conceitos chaves da proposta de recomendações (fonte: elaboração própria)	82
Tabela 3 - Tabela de Recomendações (fonte: elaboração própria)	82
Ilustração 9 – Diagrama das fases de estruturação da plataforma (fonte: elaboração própria)	89
Tabela 4 - Tabela de fases de implementação da plataforma (fonte: elaboração própria)	89
Tabela 5 - Tabela de temas futuros de investigação (fonte: elaboração própria)	94
Figura - Cartoixa d'Escaladei, Priorat, Spain. 2019, (fonte: Rafaela Souza)	i
Figura – Cooperativa em Falset, Priorat, Spain. 2019 (fonte: Rafaela Souza)	i
Figura – Paisagem Mosaico, Priorat, Spain. 2019 (fonte: Rafaela Souza)	i
Figura – Alguns dos desenhos de Josep Subirats, Priorat, Spain. 2019 (Rafaela Souza)	i

Índice de tabelas

Tabela 1 – Tabela dos tipos de abordagem de biografia da paisagem na Holanda (tradução própria)	62
Tabela 2 – Tabela síntese dos principais conceitos do capítulo 4 (fonte: elaboração própria).....	79
Tabela 3 – Tabela de recomendações (fonte: elaboração própria)	82
Tabela 4 – Tabela das fases de implementação da plataforma colaborativa (fonte: elaboração própria)	89
Tabela 5 – Temas futuros de investigação (fonte: elaboração própria)	94

Abreviações

CEP – Convenção Europeia da Paisagem

COE – Conselho da Europa

OP – Observatório de Paisagem

OAPA – *Observatorio y Archivo de los Paisajes e Andalucía*

ONG – Organização Não Governamental

OPP - *Observatoire de photos de paysages*

LOD – *Landscape observatory Documentation*

PNAP – Política Nacional de Arquitetura e Paisagem

Introdução

*“Relíquias de uma antiga civilização, que são restos das muitas azenhas e moinhos de vento cujas velas brancas giraram nos **campos alagados de Halvergate e por toda a faixa litoral** até que, nas décadas a seguir à Primeira Guerra Mundial, foram sendo sucessivamente abandonados. Agora nos é difícil imaginar, **disse-me alguém cuja infância remontava** ao tempo dos moinhos de vento, mas antigamente **as velas brancas de moinhos nesta paisagem** eram como **pontos de luz num olho pintado**. À medida que esses pontos de luz se foram apagando, apagou-se também toda uma região”*

(W.G Sebald, *Os Anéis de Saturno*)

I – Tema

A paisagem é um conceito humano por definição (ERMISCHER, 2011)¹. Uma sensível interação que acontece entre o sujeito e o território, em um tipo de relação que permite fundar identidades ao longo do tempo. A criação Convenção Europeia da Paisagem (CEP) - Florença, 10.X.2000 - pelo Conselho da Europa (COE) fortalece essa ideia ao definir paisagem como “uma parte do território, tal como é apreendida pelas populações, cujo caráter resulta da ação e da interação de fatores naturais e/ou humanos” (art.1.º; Conselho da Europa, 2000)². Portanto, um importante passo para a consciência de que enquanto sociedade, somos o elemento chave³ na vivência e percepção de um território, transformando-os em paisagens.

O tema desse relatório dedica-se à compreensão dos observatórios de paisagem como plataformas de envolvimento a longo prazo de agentes, aqui entendidos como indivíduos, grupos ou organizações que têm interesse ou potencial de influenciar ações dirigidas à paisagem em diversas escalas de atuação e geográfica. No que se refere aos agentes, a pesquisa teve foco na sociedade civil, devido ao contexto do estágio na CIVILSCAPE e sobretudo, a emergência de novos formatos de colaboração cidadã na construção de iniciativas na legitimação de culturas.

¹ No texto original: El paisatge és un concepte humà per definició. Em Una visió humana del paisatge. *El paper de les ONG*, Gerhard Ermischer. Publicação: Paisatge i educació.

² No texto original: Landscape “means an area, as perceived by people, whose character is the result of the action and interaction of natural and/or human factors”. CEP.

³ Com base no glossário do COE “In practice the populations is at the very heart of the definition of landscape: the landscape exists through people’s perception of it, so the population is concerned”. Em *Glossary of the Information System of the Council of Europe Landscape Convention*. Tópico 20. Public/population concerned.

Com a abertura para assinatura da CEP e sua evolução ao longo de quase duas décadas é observado um alargamento da noção de paisagem. Após a sua ratificação - Florença, 10.III.2004 - a nível territorial europeu, diversos países iniciaram os estudos, identificações e a monitorização de suas paisagens procurando caminhos para implementar os princípios lançados pela CEP, principalmente, com relação a proteção, gestão e planeamento das paisagens.

É nesse cenário que o COE publica um documento guia, o *Recommendation CM/Rec (2008)3 of Committee of Ministers to Member States on the Guidelines for the Implementation of the European Landscape Convention*. Esta publicação propõe uma série de orientações de carácter teórico, prático e metodológico, para que os países signatários da CEP possam ter referências para a criação das suas políticas de paisagem. Das várias recomendações do COE, uma propõe a constituição de observatórios, centros e institutos, como instrumentos para lidar com a complexidade das dinâmicas da paisagem e troca de informação. Portanto, uma plataforma mediadora das responsabilidades estabelecidas pela CEP para que os países-signatários olhem para seus territórios de forma holística e possam oferecer a manutenção dos seus recursos, qualidade de vida e bem-estar da sociedade, e a salvaguarda de identidades, através de percursos fortemente participativos.

Depois da emergência de vários e distintos formatos de observatórios à escala europeia, ao longo dos últimos anos, a discussão sobre o papel central que a colaboração da sociedade civil deve ter na observação das paisagens é contínua. Para a CEP sem a dimensão humana não há paisagem, não somente porque a percebemos, mas porque o exercício de participação significa o exercício de democracia. Diante disso, está sendo possível identificar, cada vez mais, formas de envolvimento em que os agentes civis se têm revelado bastante ativos na criação de modelos territoriais considerados inovadores, que fortalecem a percepção das comunidades e pretendem a manutenção de um território vivo, em que a paisagem é um projeto contínuo.

É diante desse desafio que os observatórios de paisagem podem funcionar como plataformas de acompanhamento de distintas escalas e culturas dos territórios, tendo em conta que os procedimentos participativos são pontos de partida, bem como transversais às várias etapas necessárias para a sua criação. A sociedade civil é um agente que deve cocriar junto aos demais atores através de um diálogo

interdisciplinar, colaborando para a construção de sinergias que ofereçam uma ampliação dos valores da paisagem e a represente-a em plenitude.

Desta investigação resulta uma reflexão sobre novas formas de participação na paisagem, com a exploração de experiências conduzidas pela sociedade civil e a elaboração de uma proposta de recomendações focada na estruturação de caminhos de envolvimento desses agentes no âmbito dos observatórios. Consciente de que não existe uma única direção para a participação, pois cada território é singular. Mas considerando que essa é uma atitude que provoca a evolução das ações reativas as pressões sofridas pela paisagem e propõe uma posição estratégica de proatividade na maneira de pensar a paisagem.

II – Questões de investigação

Com a presente investigação pretende-se responder às seguintes questões:

1. Como é que os observatórios de paisagem podem funcionar como plataformas de envolvimento da sociedade civil?
2. Como é que a sociedade civil pode atuar como um impulsionador e/ou condutor de modelos contemporâneos de envolvimento territorial?
3. É possível criar uma estrutura geral de envolvimento civil se cada contexto cultural requer um tipo de abordagem específica?

III – Objetivos

Com o propósito de responder as questões do relatório, foram identificados objetivos, que estão articulados com os cinco capítulos deste documento, e que se pretende alcançar:

- Enquadrar a criação e evolução da CEP em relação a emergência de observatórios da paisagem a nível europeu, como resposta metodológica e prática ao monitoramento das paisagens, refletindo sobre a importância do trabalho das redes da sociedade civil que trabalham com a paisagem;

- Explorar o papel da sociedade civil como grupo alvo da pesquisa, no âmbito dos observatórios de paisagem, apresentando o trabalho da CIVILSCAPE;
- Entender e refletir o contexto atual das tipologias dos observatórios de paisagem, usando como ponto de partida a contribuição do projeto de investigação *Landscape Observatory Documentation* (LOD's), com o olhar direcionado para a emergência e discussões que acontecem no panorama contemporâneo da temática;
- Selecionar e estudar casos de estudo que trazem experiências de envolvimento da sociedade civil na monitorização da paisagem;
- Propor recomendações que indiquem direções para envolvimento da sociedade civil no desenvolvimento de processos participativos no âmbito de observatórios, centros e institutos dedicados ao estudo da paisagem;

IV – Metodologia

Para responder às questões de investigação e aos objetivos foi desenvolvida uma metodologia que está operacionalizada em dois momentos, um de carácter teórico e outro de natureza prática, realizados em paralelos e que se estruturam em dois eixos principais. A sistematização da pesquisa (Ilus.1), tem como primeiro eixo a ser articulado, o surgimento dos observatórios de paisagem a nível europeu, pós CEP e o segundo eixo se dedica ao agente de estudo, a sociedade civil.

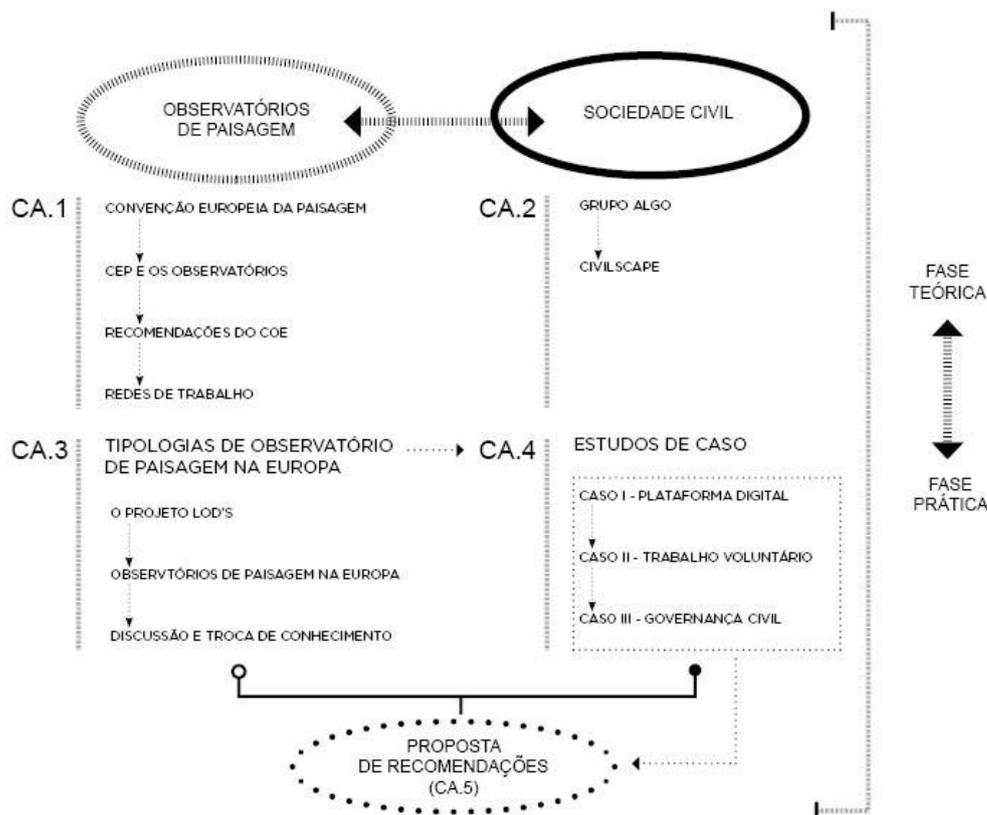


Ilustração 1 – Diagrama da metodologia do relatório (fonte: elaboração própria)

Na seleção dos estudos de caso foram estabelecidos os seguintes critérios: (1) exemplos em que a sociedade civil fosse o agente impulsionador, (2) em que houvesse continuidade temporal, (3) membros da CIVILSCAPE e (4) que fossem projetos inovadores de envolvimento dos agentes civis com a paisagem, independente do contexto e escala europeia. Assim, identificaram-se três casos de estudo: (1) o *Kuladig* e *Kleks*, **plataformas** digitais de dados geolocalizados da paisagem cultural alemã, (2) a aplicação a **candidatura da UNESCO** de Priorat-Montsant-Siurana, na Espanha, como forma de gerir os valores de sua paisagem e por fim a (3) os **Green Volunteers**, exemplo relevante na manutenção dos espaços verdes das regiões provinciais da Holanda, projeto da organização não-governamental *LandschappenNL*.

O momento prático, foi realizado nas visitas e excursão aos casos de estudados, como forma de imergir e também vivenciar essas paisagens, como foi o caso da visita a região de Priorat, Utrecht e também ao Observatório da Paisagem da Catalunha, bem como o contato pessoal com os agentes envolvidos na condução dessas iniciativas.

Essa estrutura metodológica possibilitou articular os eixos da pesquisa e desenvolver uma proposta de ações que contribuem para que os observatórios de paisagem possam servir como uma plataforma de envolvimento da sociedade civil.

V – Estrutura do relatório

Este relatório tem como estrutura principal (Ilus.2), uma introdução, na qual se apresenta o tema, questões de investigação, objetivos e a metodologia proposta; cinco capítulos, em que temos o desenvolvimento do tema em estudo e uma conclusão com as considerações finais.

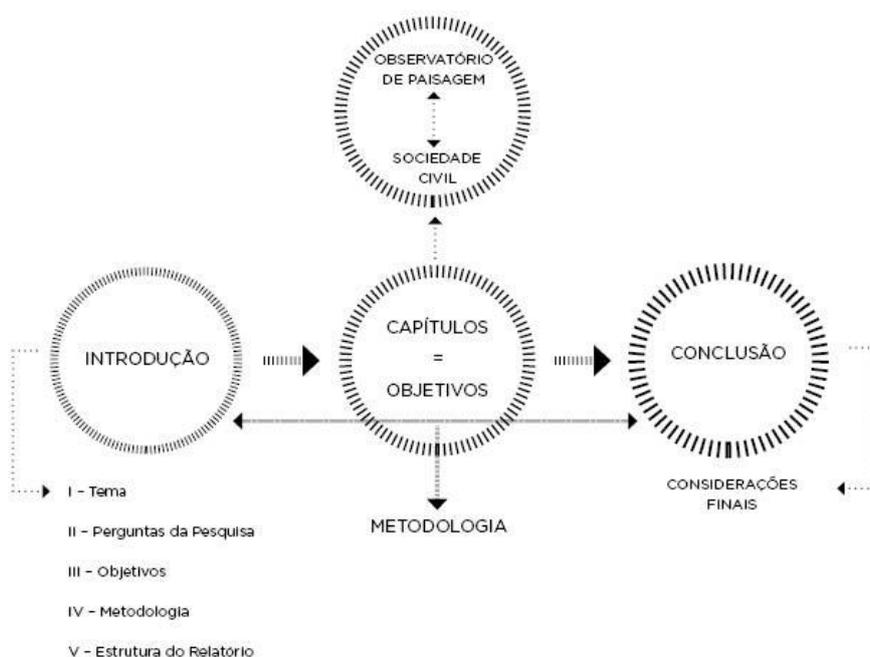


Ilustração 2 - Diagrama da estrutura principal do relatório (fonte: elaboração própria)

No que se refere ao conteúdo dos capítulos, temos:

Capítulo 1: É apresentado um enquadramento concetual sobre a visão do Conselho da Europa para a criação da CEP e para a problemática dos observatórios de paisagem, apresentando o percurso no tempo, através de uma linha cronológica.

Capítulo 2: É construída uma abordagem com foco no agente em estudo, a sociedade civil, elegendo um grupo alvo, o trabalho das organizações não-governamentais como a CIVILSCAPE.

Capítulo 3: Explora as tipologias de observatórios, centros e institutos e o contexto contemporâneo desta temática a nível europeu, discutindo as suas questões mais emergentes.

Capítulo 4: Elabora uma análise de três estudos de casos, com a seleção de diferentes experiências culturais, mas que tem em comum o envolvimento da sociedade civil, impulsionando, colaborando e principalmente, desenvolvendo um papel ativo como agentes da paisagem.

Capítulo 5: Desenha uma proposta de recomendações com a intenção de contribuir com resoluções de natureza prática em formas de envolvimento dos agentes civis na esfera dos observatórios de paisagem, com uma proposta de aplicação prática no Observatório de Paisagem da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto.

Por fim temos as considerações finais com uma reflexão sobre as questões de investigação previamente elencadas.

Capítulo 1 – Da Convenção Europeia da Paisagem aos observatórios de paisagem

1.1 - A Convenção Europeia da Paisagem

A CEP, aberta para a assinatura em 20 de outubro de 2000, em Florença, e ratificada em 3 de Fevereiro de 2004 trouxe para discussão um “novo instrumento dedicado **exclusivamente à proteção, gestão e ordenamento** de todas a paisagens europeias” (Preâmbulo, Conselho da Europa, 2000)⁴. A CEP veio uniformizar o discurso e estabelecer uma responsabilidade holística para com a paisagem, através de um pacto comum.

Esse pacto é destacado desde os primeiros esboços do texto da CEP, em que se chegou ao consenso da necessidade de se assegurar uma **Convenção**, “O grupo de trabalho concordou com mais três pontos cruciais - que deveria ser uma Convenção, não uma mais uma carta; que deveria se aplicar a todas as paisagens; e que a ação deveria emergir das pessoas, assim como dos governos” (DOWER, 2008, tradução própria)⁵. Assim a paisagem passa a integrar em termos legais os direitos e deveres de bem-estar, qualidade de vida e identidade cultural.

Diante desse compromisso, há uma reflexão cada vez mais ampla da noção de paisagem, em que o devido envolvimento da “sociedade civil, entidade públicas e privadas e órgãos políticos que “habitam” as paisagens” (SALEMA,) é considerado um direito fundamental (Fig.1). Isto é recentemente destacado com a publicação do COE, *Council of Europe Landscape Convention Contribution to human rights, democracy and sustainable development*, em que a paisagem é entendida e afirmada como uma dimensão territorial dos direitos humanos⁶ (COE, 2018).

⁴ No texto original: Wishing to provide a new instrument devoted exclusively to the protection, management and planning of all landscapes in Europe. CEP.

⁵ No Texto original: “The Working Group agreed three further crucial points — that it should be a Convention, not a weaker Charter; that it should apply to all landscapes; and that the action should spring from the people as well as from governments.” do artigo publicado na *issue 27 of the LCN News*, página 11, *The European Landscape Convention – its origins, focus and relevance at European level to land use and landscape planning*.

⁶ Na publicação *Council of Europe Landscape Convention Contribution to human rights, democracy and sustainable development*, na páginas 50, 51 e 52, ver quadro que relaciona os direitos humanos e paisagem ou anexo IV deste relatório.

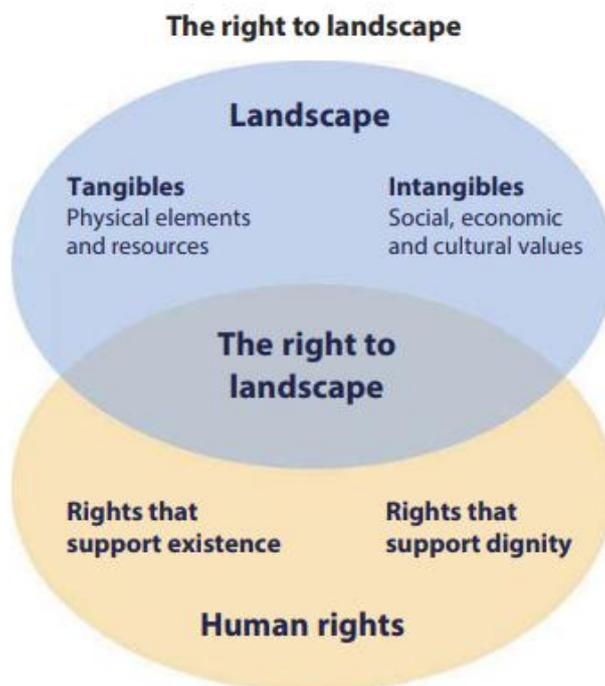


Figura 1 - Ilustração do direito a paisagem (fonte: publicação do Council of Europe Landscape Convention Contribution to human rights, democracy and sustainable development)

Para este relatório que investiga a relação dos agentes da sociedade civil na paisagem em alinhamento com os princípios da CEP, é assumido que a paisagem é o produto da percepção da sociedade, e portanto as políticas dedicadas a ela devem ter como suporte os anseios dos cidadãos para que estes possam “desfrutar de paisagens de alta qualidade e desempenhar um papel ativo no desenvolvimento de paisagens” (Preâmbulo, CEP)⁷.

Essa é uma das principais preocupações e também um dos maiores desafios da CEP, incorporar para o centro das decisões sobre a paisagem, a dimensão humana e a sua participação efetiva, fortalecendo o sentimento de compromisso e reforçando o exercício de democracia.

⁷ No texto original: wishing to respond to the public's wish to enjoy high quality landscapes and to play an active part in the development of landscapes, CEP.

1.2 – As recomendações do Conselho da Europa e as redes europeias da paisagem

A CEP (Conselho da Europa, 2000) traz abordagens e princípios que devem ser assumidos e integrados nas políticas com impactos diretos ou indiretos na paisagem. Contudo a convenção não descreve de que forma a sua monitorização deve ser alcançada. No decorrer dos anos pós CEP, diversos documentos foram elaborados com objetivo de alargar a discussão e propor métodos de operacionalização que contemplem a complexidade das várias dimensões da paisagem. Das várias recomendações⁸ (COE, 2008) do Conselho da Europa, destaca-se a que orienta a criação de observatórios, centros e institutos como uma plataforma de monitorização contínua da paisagem.

Esse momento coincide com a emergência de várias redes europeias que procuraram estimular e reforçar uma cultura de paisagem. É possível visualizar através de uma narrativa temporal (Ilus.3), os momentos, iniciativas e textos mais relevantes para esta temática. Após a criação da CEP, destaca-se a formação do Observatório da Paisagem da Catalunha, que será analisado no decorrer deste relatório, as recomendações do COE e a emergência de três redes europeias, focadas em três agentes diferentes. A RECEP-ENELC – extinta há alguns anos – atuou com as autoridades públicas regionais e locais. A UNISCAPE que cria uma rede de universidades e produção científica, e a CIVILSCAPE que é uma plataforma de organizações não-governamentais (NGOs) de envolvimento da sociedade civil com a paisagem.

⁸ Tópico completo das *Recommendation CM/Rec(2008)3 of the Committee of Ministers to member states on the guidelines for the implementation of the European Landscape Convention* (Adopted by the Committee of Ministers on 6 February 2008 at the 1017th meeting of the Ministers' Deputies), no anexo I desse relatório.

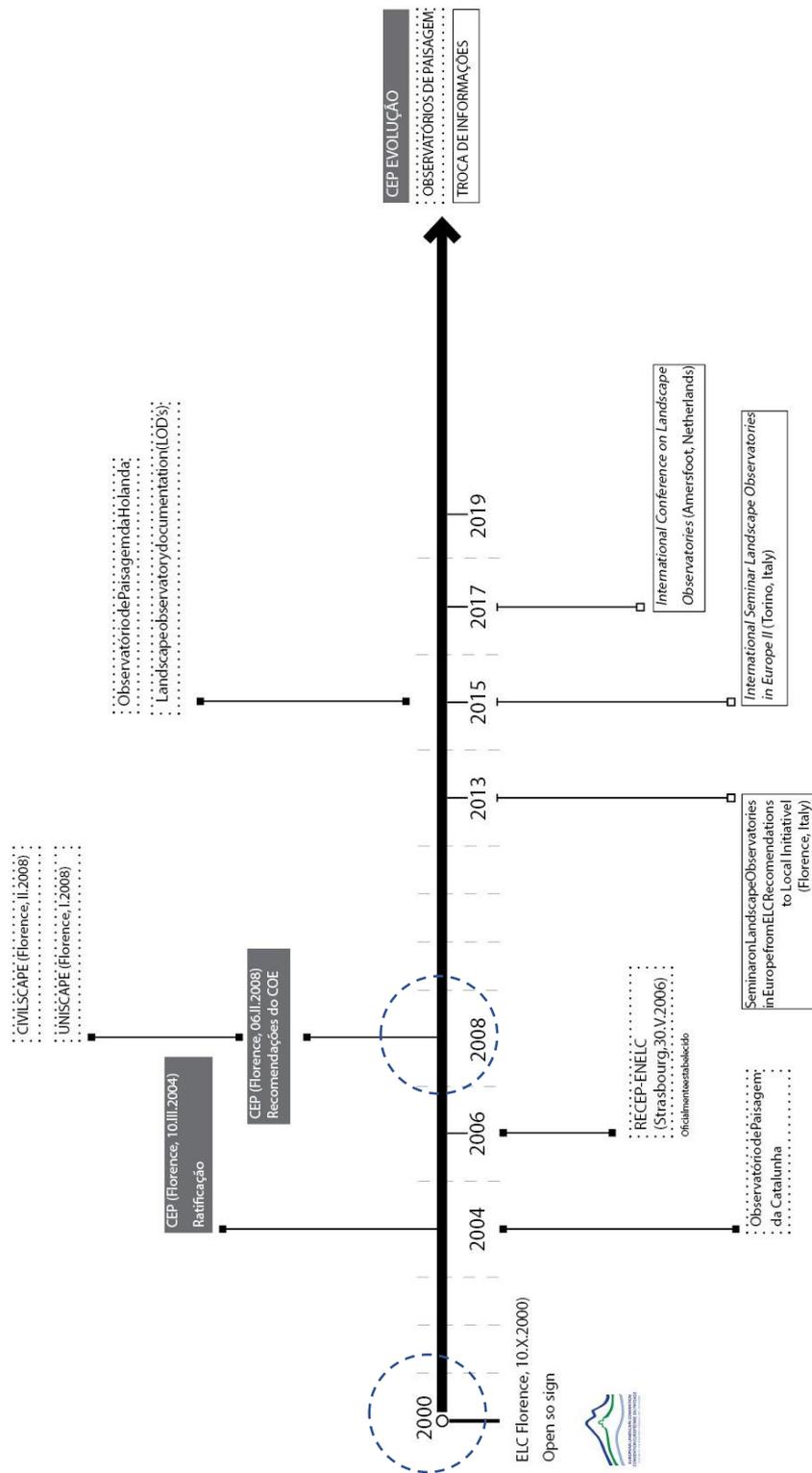


Ilustração 3 – Narrativa temporal dos principais momentos do COE, Observatórios de paisagem e conferências (fonte: elaboração própria)

1.3 - Síntese orientadora do capítulo 1:

Os princípios enquadrados neste capítulo discorrem sobre o novo enquadramento para a paisagem que foi e elaboração da CEP, sobretudo no que diz respeito a dimensão humana. Decorridos quase vinte anos da abertura da Convenção para assinatura, esse pacto comum tem contribuído para suscitar uma responsabilidade cada vez maior. Diversos textos e publicações pelo COE tem vindo orientar a implementação a CEP, a partida teórica, mas que funcionam como diretrizes práticas no apoio a tomada de decisões com a paisagem. Os observatórios, centros e institutos de paisagem são uma dos formatos operacionais. Entender o enquadramento dessa temática, através de uma cronologia ofereceu um suporte conceitual necessário na estruturação dos argumentos da proposta final.

Capítulo 2 – Os agentes civis na paisagem e o trabalho da CIVILSCAPE

2.1- Os agentes civis da paisagem: grupo alvo da pesquisa

O termo “stakeholders” do ponto de vista dos documentos relativos a paisagem é definido como “autoridades nacionais, regionais e locais, os cidadãos afetados direto e indiretamente, o público, organizações não-governamentais, organizações profissionais e atores econômicos, especialistas em paisagem e cientistas, como indivíduos ou grupos organizados, são considerados partes interessadas em um processo participativo” (COE, 2018, tradução própria)⁹. Conforme descrito no início deste documento, esta investigação foi realizada na CIVILSCAPE pelo que, elegeu-se como grupo alvo para essa reflexão, os agentes que representam a sociedade civil, que são também os membros majoritários da CIVILSCAPE. Contudo investigá-la sugere lidar com amplo número de diversos agentes. Dentro dos agentes civis, esse trabalho se direciona para a exploração de referências e propostas que auxiliem todos que se interessem em criar processos efetivamente participativos de estudo da paisagem, desde iniciativas que ainda estão por formular seus métodos de participação, para os membros e parceiros da CIVILSCAPE, como forma de contribuição, tendo em mãos um documento completo sobre o panorama observatórios de paisagem, e por fim, para agentes ou plataformas que desejem e somar ou fortalecer as suas formas envolvimento da sociedade civil.

A sociedade civil tem apresentado projetos inovadores, orgânicos e vem reclamando cada vez mais participação nas políticas de paisagem. Diante dessas questões esse estudo traz luz aos compromissos cívicos que estão sendo estabelecidos com a paisagem.

⁹ Tópico original: National, regional and local authorities, the citizens directly and indirectly affected, the public, non-governmental organisations, professional organisations and economic actors, landscape experts and scientists, either as individuals or organised groups, are all regarded as stakeholders in a participatory process, ver texto completo no anexo IV do presente relatório.

2.2 - A CIVILSCAPE: Uma organização não governamental europeia da paisagem

A CIVILSCAPE¹⁰ é uma organização não-governamental, fundada em 23 de fevereiro de 2008, em Florença, tendo sido criada quando seis ONGs (organizações não-governamentais), de seis países diferentes decidiram criar uma associação CIVILSCAPE com a missão de concentrar ações de envolvimento da sociedade civil na observação da paisagem. Atualmente tem 132 membros em 32 países europeus, sendo reconhecida oficialmente como a maior rede de organizações de agentes civis e organismos públicos, apoiando os seus membros na implementação da CEP. Esta é parceira de outra série de organizações que tem como ação chave os observatórios de paisagem. Além disso, esta procura ampliar a atuação dos agentes civis com uma “contribuição potente ou de co criadores” (GOTZMANN, 2017)¹¹ na preservação, gestão e ordenamento da paisagem, tendo em mente que os observatórios são uma plataforma de envolvimento de diferentes agentes, incluindo a sociedade civil.

Desde a sua criação esta atua como uma comunidade de organizações membros de direitos iguais independente do tamanho, idade, tipo ou foco, mas todos trabalhando em acordo com a CEP, “Desejando responder ao desejo do público de apreciar paisagens de alta qualidade e participar ativamente do desenvolvimento de paisagens” (Preâmbulo, CEP, tradução própria)¹².

Durante o período de estágio foi possível participar em diversos momentos de reunião de alguns dos membros da direção da CIVILSCAPE, onde estes se reúnem regularmente para a discussão do progresso dos trabalhos em curso, programação de eventos relativos a paisagem, perspetivas e metas futuras. Durante os encontros cada membro da direção contribui com sua bagagem de conhecimento, elaboração de conceitos e reflexões importantes. No *face to face meeting*¹³ mais recente que aconteceu, tópicos como *Decade of Action for Landscape in Europe 2018-2027*

¹⁰ Website: <https://civilscape.eu/>.

¹¹ Informações recolhidas com base nas apresentações do encontro “International Conference on Landscape Observatories” em Amsfoort, Holanda, 2017.

¹² No texto original: Wishing to respond to the public's wish to enjoy high quality landscapes and to play an active part in the development of landscapes. CEP.

¹³ No decorrer da elaboração do relatório, ocorreu a participação no *face to face meeting* em Bonn, em setembro de 2019. Sobre o DALE, é o organizado por redes europeias e nacionais, representantes nacionais e instituições europeias. A CIVILSCAPE atua como secretária, coordenando os eventos, atividades e projetos do DALE, incluindo a organização dos eventos, relações públicas e relatórios.

(DALE) e o *Taskforce* sobre observatórios de paisagem, buscaram pensar sobre o caminho e conduta que a CIVILSCAPE deve desenvolver na operação de pesquisas, encontros, certificações, abordagens holísticas e também no que diz respeito a integração cada vez maior da componente perceptiva e emocional da paisagem, por exemplo. Ou seja, qual é a posição estratégica da rede e como ela pode contribuir guiando de forma não restritiva um contexto tão diverso de observatórios de paisagem.

2.3 - Síntese orientadora do capítulo 2:

A orientação do discurso dessa investigação para a importância dos agentes civis está baseada na consciência que a sociedade civil é um dos agentes mais importantes quando se trata do estudo e observação da paisagem. A força dos processos participativos está na integração da percepção e desejos das pessoas com o território, construindo propostas mais assertivas, bem como colaborações ricas em diversidade de abordagens. O período de trabalho na CIVILSCAPE foi essencial para o desenvolvimento do estudo, devido ao caráter da organização de fortalecer o papel da sociedade civil, diminuindo os abismos que costumam existir as ações cidadãos e a formulação de políticas de paisagem, pelo expressivo número de membros que fazem parte da CIVILSCAPE, encurtando e oferecendo um caminho mais acessível as iniciativas e agentes analisados no relatório, visto que a organização também atua como agente da paisagem.

Capítulo 3 – As tipologias de observatórios de paisagem na Europa

3.1. – O projeto *Landscape Observatory Documentation*

A pesquisa teve como ponto de partida a exploração do contexto dos observatórios, centros e institutos que se dedicam à monitorização da evolução das paisagens na Europa. A plataforma que foi referência no primeiro momento de aproximação com o tema de estudo foi o *website* (<https://areeweb.polito.it/LOD/index.htm>) do *Landscape Observatory Documentation* (LOD). Este projeto (Fig.2) surgiu em 2015, sob o formato de uma “plataforma internacional de informação para redes de OPs a nível europeu” (CASSATELA, 2015, tradução própria)¹⁴, baseado na *Politecnico di Torino*, criou uma ferramenta que oferece um mapa próprio (Fig.3) para os observatórios de paisagem e



Figura 2 - Imagem da Interface da plataforma do LOD (fonte: <https://areeweb.polito.it/LOD/index.htm>)

estabeleceu uma rede de interação de caráter participativo. Como um instrumento de inclusão de entidades Europeias e extra União Europeia e centros de pesquisa, sob o critério de terem referência explícita à CEP. O projeto está fundamentado na atuação dos observatórios de paisagem como espaço de mediação que trabalha a interação da percepção das pessoas com lugar, traduzindo-a em ações que promovam os anseios das comunidades para suas paisagens. Esse mapeamento foi um importante contributo para a investigação, pois permitiu estabelecer um primeiro olhar para a emergência desses organismos e perceber sua distribuição espacial.

¹⁴ No texto original: international information platform for LOs networking at European level. website da platafotma.

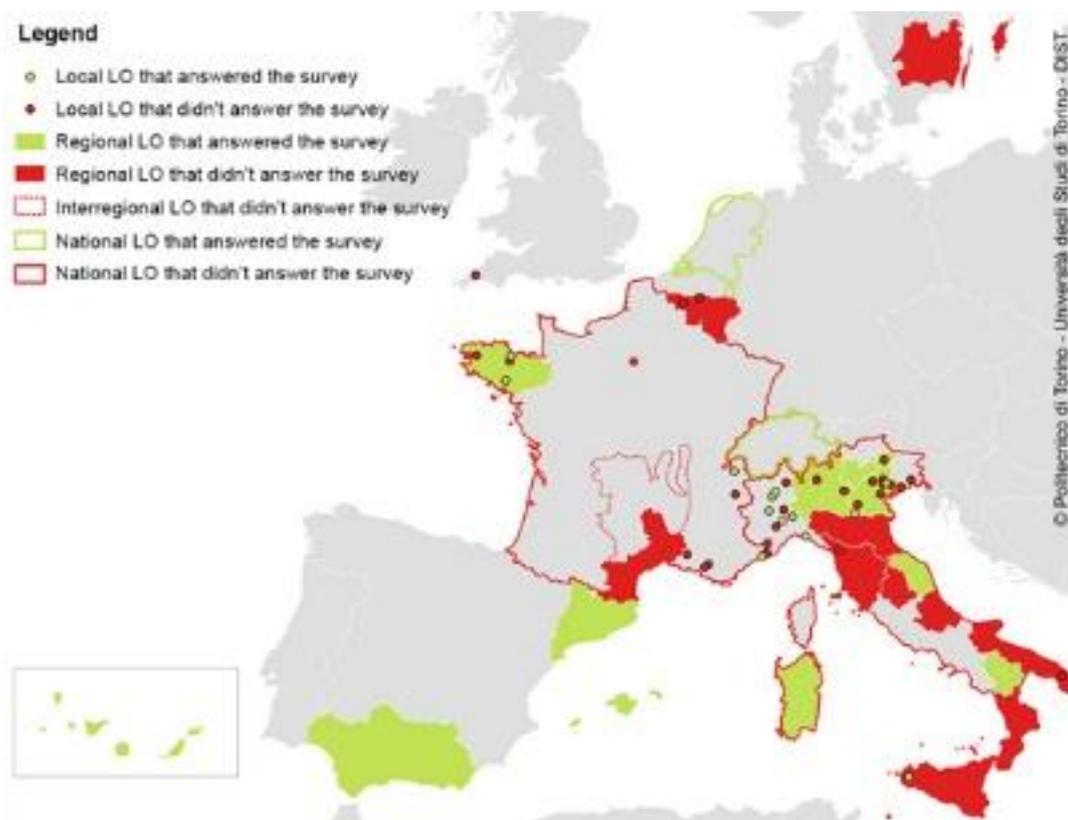


Figura 3 - Imagem com os observatórios de paisagem da plataforma digital do LOD

(fonte: <https://areeweb.polito.it/LOD/index.htm>)

3.2. – Observatórios de paisagem, centros e institutos na Europa

Os observatórios, centros ou institutos dedicados ao estudo da paisagem apresentam diferentes perfis, desde a forma como nascem à forma como desenvolvem as investigações relativas à observação da paisagem. Após quase vinte anos da criação da CEP é possível identificar uma complexidade de modelos. No texto das recomendações do COE (Anexo I) é referido que “eles podem ser independentes ou fazer parte de um sistema de observação mais amplo” (COE, 2008)¹⁵, ou seja, ligados a estruturas mais espontâneas, como os casos em que as comunidades locais criam ou nascerem de impulsos mais formais, ligados a instituições.

No território europeu, países, na maioria signatários da CEP, integram esse cenário. No caso de Portugal, por exemplo - ainda que não esteja apontado no mapa mais

¹⁵ No texto original: They could be independent or part of a broader observation system. Recomendações (2008) do COE.

atual do LOD – temos o Observatório Local da Paisagem de Charneca¹⁶, que dedica atenção a paisagem do Montado e atividades, por exemplo, de observação do lugar com base em oficinas de pintura (Fig.5) da paisagem com estudantes de outros países. O Observatório de Paisagem da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto, uma plataforma recente conectada a universidade, é outro exemplo ainda não identificado pelo projeto, tal como, outras redes criadas após a conclusão deste.



Figura 5 - Oficina de Pintura e observação da paisagem do Montado (fonte: website do observatório)

Outro formato que emergiu e se tornou um padrão comum de suporte no acompanhamento da paisagem é o caso dos observatórios de paisagem na França - *Observatoire de Photos de Paysages* (OPP) - que a nível nacional, regional e municipal trabalham com base em imagens, com um método de repetição temporal de fotografias com a missão de criar ferramentas de monitorização e avaliação das políticas públicas que modificam a paisagem. Destaca-se aqui o *Observatoire de l'environnement en Bretagne*¹⁷ (Fig.6), que tem como objetivo construir ou reconstruir a memória da paisagem. Este utilizam a imagem como princípio para facilitar a compreensão, criam sínteses diagramáticas que contam de forma interativa a história da paisagem, bem como descrições históricas.

¹⁶ Com base em informações registradas na plataforma digital: <https://opc-paisagem.pt/> e apresentação "Towards a local Landscape Observatory in a Montado landscape: Which dimensions to explore?" realizada em 2017 na conferência de observatórios de paisagem em Amesfoort, Holanda.

¹⁷ Plataforma digital: <http://evolution-paysage.bretagne-environnement.org/>.



L'évolution du paysage en Bretagne
Mise en valeur des observatoires photographiques





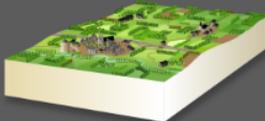
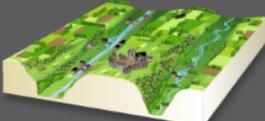
/ La ville et le bourg	/ La vallée	/ Le littoral balnéaire
		
<p>L'exode rural et la concentration de la population dans les centres urbains constituent des mutations qui ont profondément marqué les paysages et le cadre de vie ces dernières décennies. Les configurations urbaines sont bien sûr diverses en Bretagne, des grandes agglomérations aux petits bourgs ruraux, en fonction de l'orientation économique vers l'agroalimentaire, l'industrie, la pêche, le tourisme... Le modèle le plus courant d'évolution développé ici est l'étalement urbain d'une ville moyenne, associé à l'évolution plus modeste d'un bourg rural.</p>	<p>Dans un massif ancien au relief en ongles, les vallées structurent l'organisation des réseaux de transports, l'habitat, les activités agricoles et artisanales. Elles constituent un paysage à part entière qui est souvent négligé dans les représentations et rarement considéré en tant qu'entité dans les politiques publiques. L'évolution des vallées en Bretagne est pourtant un enjeu important en termes d'activités, d'environnement, de ressources en eau et en énergie. A travers l'exemple de vallées encaissées au sein de plateaux agnolés, il s'agit ici d'un paysage à connaître et reconnaître.</p>	<p>Le linéaire de côtes est une particularité de la Bretagne et le paysage littoral est relativement varié, avec ses pointes rocheuses et onques sableuses, mais également les rias, les golfes, les polders, les îles, les ports. Ce paysage a subi depuis un siècle de profondes mutations du fait de l'explosion du tourisme et des loisirs nautiques. La concentration de la population sur le littoral et l'urbanisation qui en résulte sont le phénomène majeur, particulièrement frappant dans l'émergence du modèle de la station balnéaire dont nous proposons d'analyser les différentes facettes.</p>

Figura 6 - Imagem da plataforma digital da região de Bretanha com destaque para a paisagens sínteses: A vila, o vale e o litoral. (fonte: website da plataforma, 2019)

No caso do território espanhol, a emergência de observatórios a nível regional tem sido mais frequente, como por exemplo, o *Observatorio y Archivo de los Paisajes e Andalucía*¹⁸ (OAPA) e o Observatório de Paisagem da Catalunha. O primeiro, na região da Andaluzia, sul da Espanha, tem uma abordagem fotográfica sistemática como instrumento (Fig.7), seguindo protocolos de localização e registo de imagens antigas, por exemplo, com a missão de despertar o debate sobre as aspirações da população para sua paisagem e criação de conhecimento para fundamentação das políticas de paisagem na região.

¹⁸ Plataforma digital: <http://geofireg.ugr.es/oapa/>.



Figura 7 - Imagem da plataforma digital da OAPA (fonte: website do observatório, 2019)

O Observatório de Paisagem da Catalunha será descrito no ponto seguinte, uma vez que durante o estágio realizou-se uma visita ao mesmo e uma entrevista ao seu diretor, o Dr. Pere Sala i Martí.

3.2.1 - Observatório de Paisagem da Catalunha

Como supramencionado (Fig.8), durante esta investigação ocorreu uma visita de estudo ao Observatório de Paisagem da Catalunha. Esta teve como objetivo conhecer *in loco* como é que este funciona e qual o envolvimento da sociedade civil nas suas atividades. Esta escolha justifica-se pelo facto de este Observatório apresentar um percurso já consolidado e reconhecido, graças ao impulso as políticas dedicadas à paisagem desde a assinatura da CEP. Este “funciona desde o dia 1 de março de 2005, e foi concebido pelo governo Catalão (Generalitat da Catalunya) tendo como principal objetivo a consciencialização da sociedade para a paisagem” (SALA, NOGUÉ, 2018, tradução própria).

Assim, a região espanhola iniciou seus trabalhos de sensibilização para a paisagem, através da (1) criação dos catálogos de paisagem, (2) identificação das unidades de paisagem, (3) a definição dos objetivos de qualidade paisagística, (4) a criação do fundo financeiro para proteção, gestão, e ordenamento da paisagem, (5) através do estímulo para ativações na escala local e projetos voltados para a educação como o

Ciutat, Territori, Paisatge, em que a construção de uma cultura de paisagem é entendida como uma forma de potenciar o sentimento de responsabilidade cívica.

A visita permitiu entender a dinâmica do observatório, através da apresentação a equipa de trabalho, a consulta ao centro de documentação, com particular foco no tema da participação cívica na paisagem. Em seguida foi realizada uma entrevista com o atual Diretor do Observatório de Paisagem da Catalunha¹⁹, com o objetivo de obter informações sobre as dinâmicas de envolvimento da sociedade civil nos trabalhos do observatório. Segundo o diretor, hoje em dia há três níveis de participação da sociedade civil: o primeiro, a **consulta e diálogo**, através de plataformas digitais, encontros, *workshops*, visualizado nos catálogos de paisagem elaborados pelo observatório; o segundo nível, de **implicação**, em que o observatório atua como parceiro em projetos que nascem do próprio território, como caso do território de Priorat, que será alvo de análise mais a frente nesse relatório; e o terceiro nível, de **cooperação**, exemplificada pelo Wikipedra, plataforma digital autogerida que tem como colaboradores, associações e trabalho voluntário no inventário de construções de pedra seca.



Figura 8 - Centro de documentação do Observatório de Paisagem da Catalunha (fonte: elaboração própria)

¹⁹ Entrevista pessoal com o diretor Pere Sala i Martí em maio de 2019, Olot, Espanha.

Foi discutido também sobre os desafios que se encontram nos processos de participação. Dentre eles, foi destacado a dificuldade de transmissão de conhecimento de paisagem, que a princípio surge como um conceito atrativo, mas que, quando se começa a dissecar a palavra, por exemplo, percebe-se o desafio que é descodificar a noção de paisagem e o quanto as vias de sensibilização e educação são ferramentas essenciais, buscando o ensaio permanente de novas metodologias.

Da visita de estudo, resultou algumas das referências que orientam a proposta de recomendações final desse relatório, sobretudo no que toca ao impulso às novas governanças e a elaboração de um método de envolvimento da sociedade civil, tendo em conta que cada território gera seu próprio instrumentos de relação com o lugar.

3.3. – Discussão e troca de conhecimento sobre os observatórios de paisagem

A CEP propõe que haja assistência e cooperação²⁰ entre seus países signatários, na troca de experiências sobre a paisagem. Nos últimos anos, vários momentos, sob o formato seminários, conferências e plataformas foram impulsionados com a missão de compartilhamento de informações, discussão de questões importantes e desenvolvimento de metas futuras através de pactos e cartas. Neste relatório são destacados, os principais encontros (Fig.9) que aconteceram, sob a coordenação e parceria das redes europeias, RECEP-ENELC, UNISCAPE e CIVILSCAPE, bem como outros centros dedicados ao estudo da paisagem.

²⁰ No texto original: Mutual assistance and exchange of information The Parties undertake to co-operate in order to enhance the effectiveness of measures taken under other articles of this Convention, and in particular: a) to render each other technical and scientific assistance in landscape matters through the pooling and exchange of experience, and the results of research projects; b) to promote the exchange of landscape specialists in particular for training and information purposes; c) to exchange information on all matters covered by the provisions of the Convention. European Landscape Convention, Chapter III – European Co-Operation: Article 8.

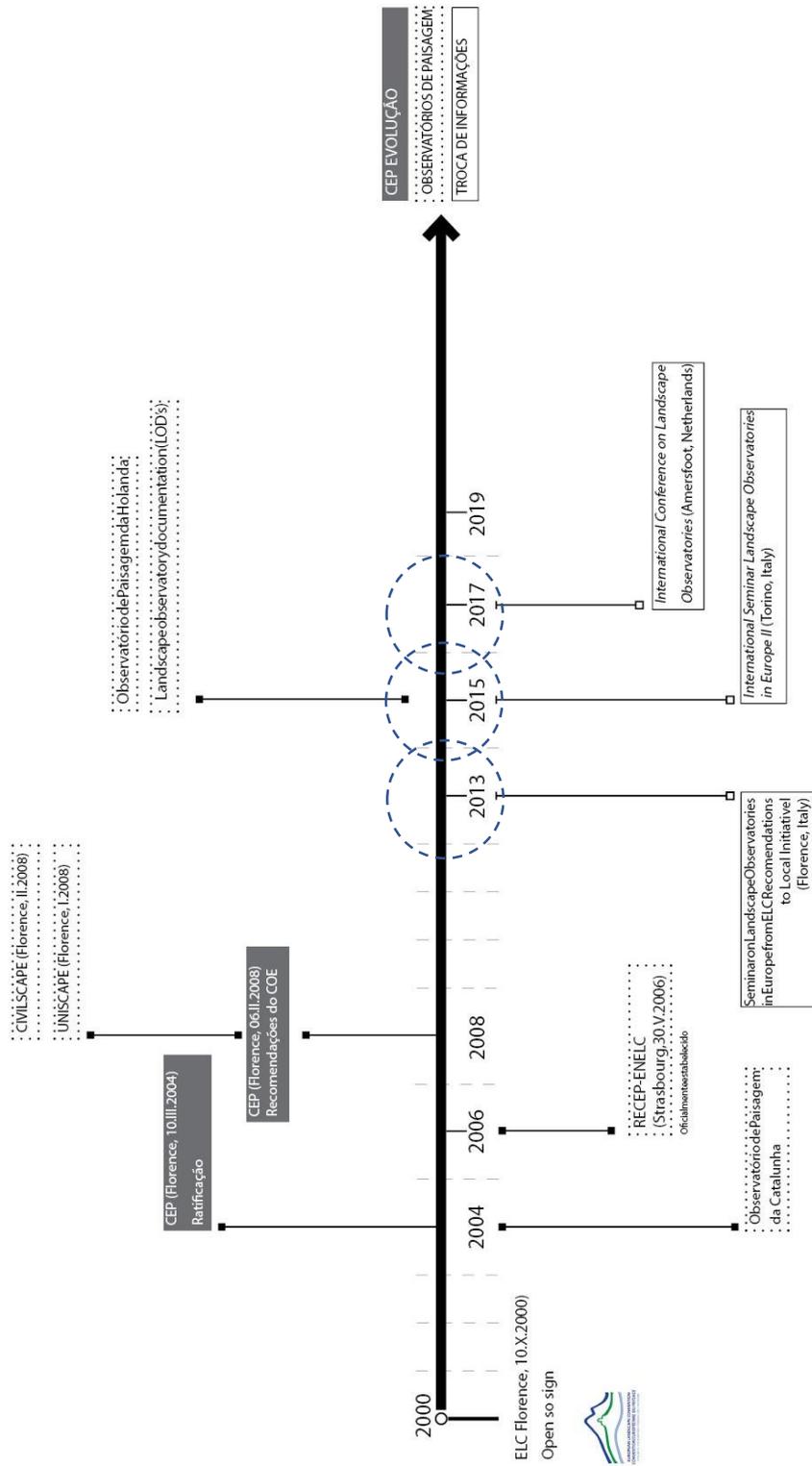


Ilustração 3.1 - Narrativa temporal com destaque para as conferências (fonte: elaboração própria)

Um dos momentos que inauguram esses encontros foi o V Careggi Seminar²¹, representados pela UNISCAPE, RECEP-ENELC e CIVILSCAPE. Em conjunto estas apresentaram um panorama geral da atuação dos observatórios de paisagem sob o tema de *Seminar on Landscape Observatories in Europe from the ELC Recommendations to local initiatives*, articulado em quatro sessões, que refletiu e identificou os principais os campos de atuação dos observatórios de paisagem, resultando na elaboração da Carta de Florença (Anexo II).

Dois anos depois, no ano de 2015, como destacado na linha do tempo acima (Fig.10), houve um segundo seminário dedicado à discussão da temática *Landscape Observatories In Europe II*²². Nesse momento foi refletido “como a cooperação pode melhorar a fundação e a gestão dos Observatórios da Paisagem da perspectiva de representantes de diferentes denotações e níveis de institucionalização, junto com outras partes interessadas” (UNISCAPE, RECEP-ENELC & CIVILSCAPE, 2015, tradução própria)²³. Diante de mais um momento de troca de informação e apresentação de projetos de paisagem, as conclusões destacam alguns desafios, nomeadamente, “a identificação de outros Centros, Institutos e Observatórios da Paisagem, o estabelecimento de uma Rede de Observatórios Europeus da Paisagem e um “Plano de Ação para os Observatórios da Paisagem” (UNISCAPE, RECEP-ENELC & CIVILSCAPE, 2015, tradução própria)²⁴ e publicado através da Carta de Torino (Anexo III).

²¹ **The 5th Careggi Seminar Landscape Observatories in Europe From the ELC Recommendations to the Local Initiatives** (2000-2013) Organised by UNISCAPE in collaboration with the University of Torino and the Polytechnic of Torino with the support of the TUSCANY REGION partners: RECEP-ENELC, CIVILSCAPE and CIST (Inter-university Center of Territorial Sciences) Florence, 27-28th of June 2013 - Villa Ruspoli, Piazza Indipendenza 9.

²² Esse seminário abordou temas como “Awareness, education and participation; Landscape Observatories Networks; Documentation, assessment and monitoring; Regional landscape observatories in Italy workshop; Relationships with landscape and spatial policies, planning, and design; Research in progress, as usual in the Careggi Seminars’ tradition, is devoted to contributions by young researchers” (CASSATELLA, DEVICCHI, GABINO & LARCHER, 2013) : Ver documento que reúne a publicação completa dos artigos no: LAN DSCAPE OBSE RVATORIES in Europe II. Organised by UNISCAPE , CIVILSCAPE , RECEP -ENELC, UNIVERSITY OF TURIN and POLITECNICO DI TORINO Torino 22-23 September 2014.

²³ No texto original: how cooperation can enhance the foundation and management of Landscape Observatories from the perspective of representatives of varying denotations and levels of institutionalization, together with other interested stakeholders.

²⁴ No texto original: the identification of further Landscape Centers, Institutes and Observatories, the establishment of a Network of European Landscape Observatories, and a “Landscape Observatories Action Plan.

O terceiro momento que se destaca foi realizado em 2017, na Holanda²⁵ com o *International Conference on Landscape Observatories, Amersfoort*, evento criado com o objetivo de manter os momentos de troca de conhecimento e para a discussão sobre diferentes exemplos de observatórios de paisagem na Europa.

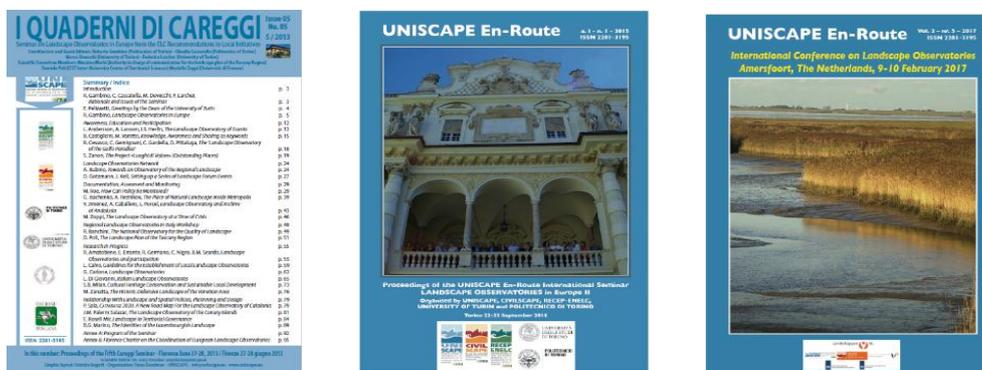


Figura 8 - Capas dos encontros realizados nos últimos anos (fonte: website LOD)

De forma geral, esses momentos representam a criação e apresentação de um panorama geral da temática sob a perspectiva de diferentes agentes de vários países, refletindo criticamente, formulando publicações, mas sobretudo buscando criar um abordagem positiva para a construção do observatórios de paisagem.

3.4 – Síntese orientadora do capítulo 3

O panorama apresentado com ponto de partida no *Landscape Observatory Documentation* trabalhou uma espécie de caminhada pelo mapa europeu das plataformas de observação da paisagem. Em termos de pesquisa, teórica e prática, possibilitou perdeber a temática da macro escala, quando foi apresentado alguns formatos de observatórios durante o capítulo, e na micro escala, quando se começa a perceber as metodologias de trabalho específicas de cada um deles. A visita ao Observatório de Paisagem de Catalunha possibilitou uma experiência mais imersiva e direta para a investigação, devido sobretudo ao contato pessoal com os agentes. Por fim também representa a compilação de informações que guiaram a redação da proposta.

²⁵ On 9 and 10 February 2017, a very inspiring conference took place at the Netherlands Cultural Heritage Agency (CHA) in Amersfoort, The Netherlands. It was organised by the Netherlands Landscape Observatory and UNISCAPE in collaboration with CIVILSCAPE and CHA, and supported by the Dutch Provinces.

Capítulo 4 – Análise dos estudos de caso

“A paisagem é o rosto de um território” (Roser Vernet)



Mapa 1 - Localização dos casos de estudos (fonte: elaboração própria)

4.1. - Critérios

Cada país, região ou localidade constrói sua própria interação com o território e a sua paisagem. Diante disso os casos que se seguem também apresentam modelos específicos de envolvimento da sociedade civil, sendo possível ver como a diversidade de paisagens gera também, uma diversidade de formatos de participação civil.

Para esta investigação foram selecionados três tipos de experiências de diferentes perfis, a nível europeu (Map.1). Os critérios que construíram a base para a escolha dos casos de estudo, partiram primeiramente da identificação de projetos de paisagem que **os agentes civis atuem como impulsionador, condutor ou de maneira fortemente colaborativa.**

Foi importante também eleger **práticas com trajetórias temporais consolidadas** em que a paisagem é entendida como um projeto contínuo. Devido ao âmbito de estágio foi considerado que os casos estudados fossem **membros acessíveis da rede de parceiros da CIVILSCAPE**, bem como **bons exemplares de projetos inovadores** de empoderamento cidadão que desenvolvem atividades similares às de um observatório de paisagem, são eles, (1) as plataformas digitais colaborativas alemãs, Kuladig e Kleks, (2) a organização *LandschappenNL* e o trabalho dos voluntários verdes e (3) a candidatura a património mundial da UNESCO de Priorat–Montsant-Siurana conduzida pela sociedade civil.

4.2. – Caso I – *Kuladig e Kleks*: plataformas digitais colaborativas da paisagem e património na Alemanha

4.2.1. As plataformas

As duas iniciativas alemãs analisadas tem um perfil comum de trabalho, o ambiente digital. A plataforma digital do *KuLaDig - Kultur. Landschaft. Digital.* (Fig.10 e 11) está focada na região da *Rheinland*, enquanto a plataforma do *Kleks* (Fig.12 e 13) tem aplicação para todo o país, mas como uma zona piloto de maior incidência de registros de dados na região de *Mecklenburg-Pomerània Ocidental*. Ambas as plataformas trabalham na coleta de informação sobre a paisagem e o património cultural. Sobre o *Kleks*, em particular, é precursor da CEP, por ter sido criado no ano de 1999, como o primeiro sistema de informação geográfica e com a colaboração de várias organizações e universidades. São plataformas que funcionam como um inventário participativo, partindo do ponto de vista da percepção da sociedade civil na valoração e indicação das paisagens e elementos culturais.

A Alemanha não é um país signatário da CEP, porém dispõe de uma grande tradição em termos de paisagem, sendo um dos primeiros países europeus a incorporar a paisagem no planeamento territorial. Essa cultura acaba por contribuir para que as

Os observatórios de paisagem como uma plataforma de envolvimento da sociedade civil a longo prazo

questões de participação comecem a ser estimuladas desde cedo dentro das políticas de paisagem. A Alemanha, também não apresenta oficialmente observatórios de paisagem, mas a presença de muitas organizações com atividades similares aos observatórios contribuem para que o acompanhamento da paisagem seja realizado.



Figura 10 - Imagem da Plataforma digital com o objeto de destaque do mês do Kuladig (fonte: website do Kuladig, 2019)

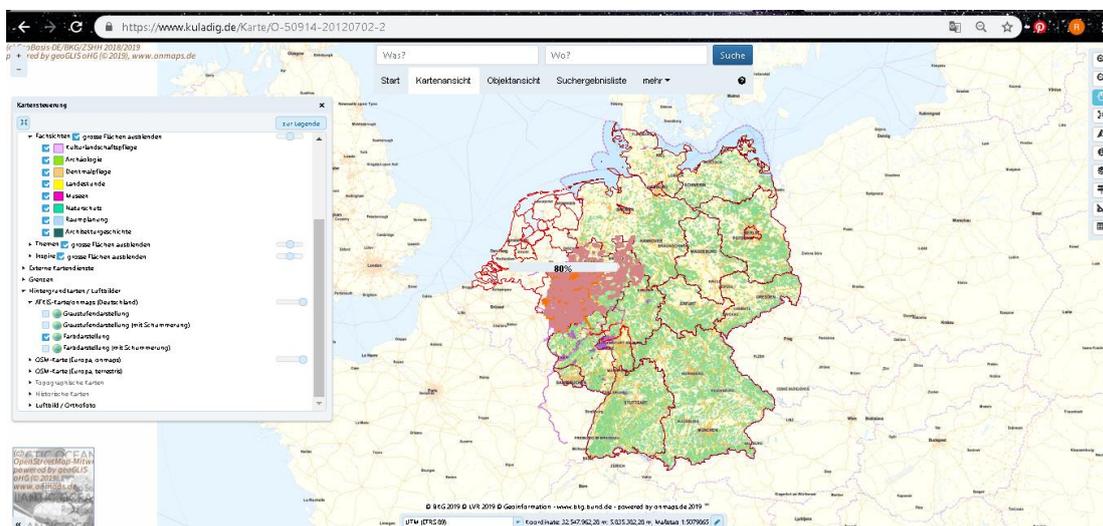


Figura 11 - Imagem do mapa Plataforma digital do Kuladig (fonte: website do Kuladig, 2019)

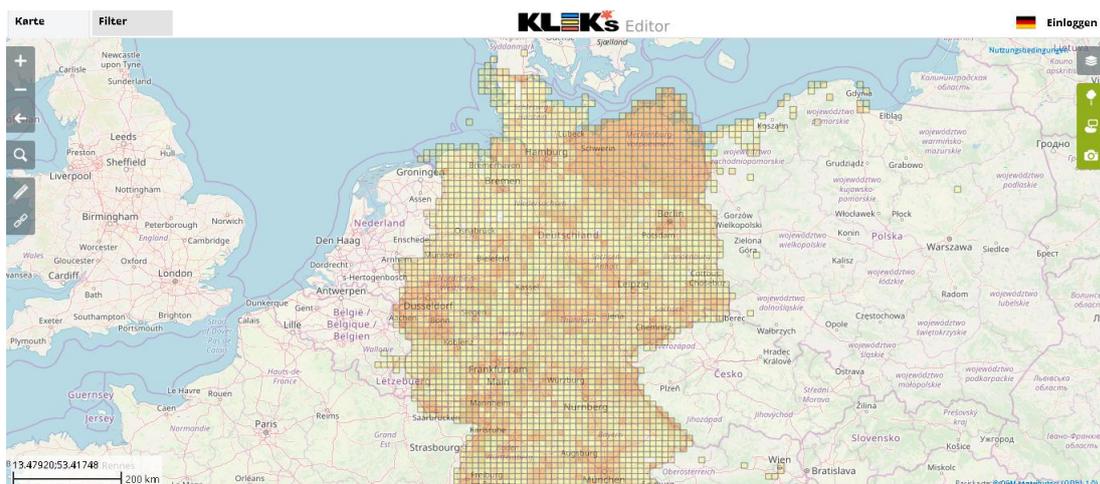


Figura 12 – Imagem do mapa da plataforma do Kleks (fonte: website Kleks, 2019)

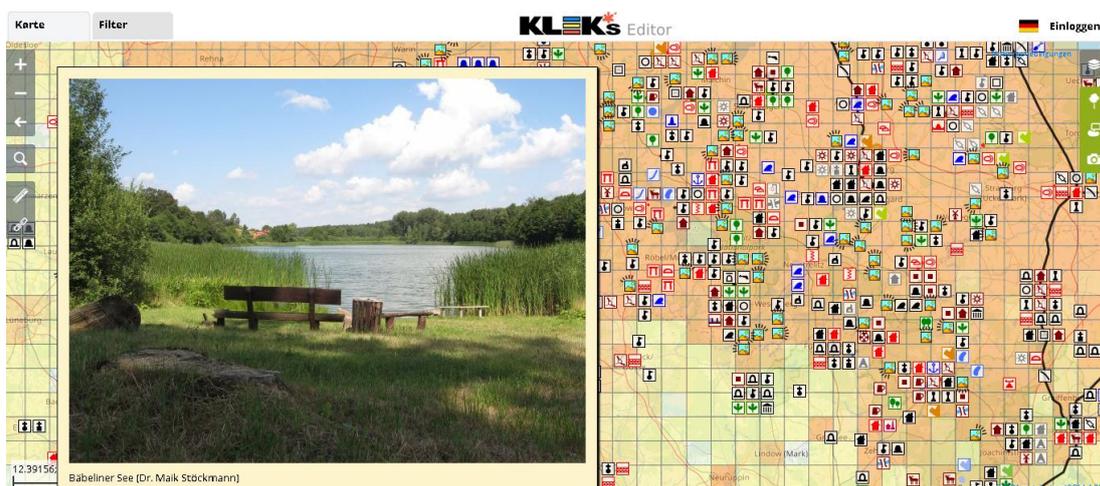


Figura 13 – Imagem com destaque para os tipos de dados que são registrados (fonte: website Kleks, 2019)

4.2.2. Processos de envolvimento da sociedade civil nas plataformas

O envolvimento dos agentes civis nas plataformas de inventário da paisagem e patrimônio cultural na Alemanha encontra suporte no “desenho” da sociedade civil no que se considera paisagem. Ambas as plataformas, usam essencialmente esse recurso como instrumento de cocriação, não somente para uma recolha de dados, mas para sensibilizar as pessoas para diferentes tipos de paisagem e elementos²⁶

²⁶ Exemplos de tipologias de elementos incorporados ao mapa do Kleks: Explotacions mineres; Aigues continentals; Edificis públics; Monuments; Murs; Camins i avingudes arbrades; Molins; Places: Formacions geològiques; Conreus; Ponts; Passatges; Zones verdes; Espais de llegendes; Castells; Arbres; Espais de descoberta. (fonte: Paisatge, desenvolupament rural i ciutadania, Kleks Das KulturLandschafts – Wiki, 2017)

existentes no território. Com relação a plataforma do Kleks, a participação cidadã se dá primeiramente com registro na página da *web*, no qual se supõe que o agente tenha algum conhecimento mínimo da paisagem. Essa informação de registro é avaliada e depois incorporada ao mapa. Ou seja, há uma validação da informação que é recebida. Os dados se categorizam sobre três formas de organização: elementos da paisagem, toponímias e fotografias. A partir daí o *website* vai conduzindo o usuário a uma série de campos de preenchimento de informações sobre o dado introduzido. Um ponto importante do processo de registro, é a secção em que se propõe ao usuário uma avaliação do elemento da paisagem introduzida, estimulando a valoração por parte dos cidadãos. Há também um exercício de transpor os limites do território, inserindo paisagens extra país (Fig.14).

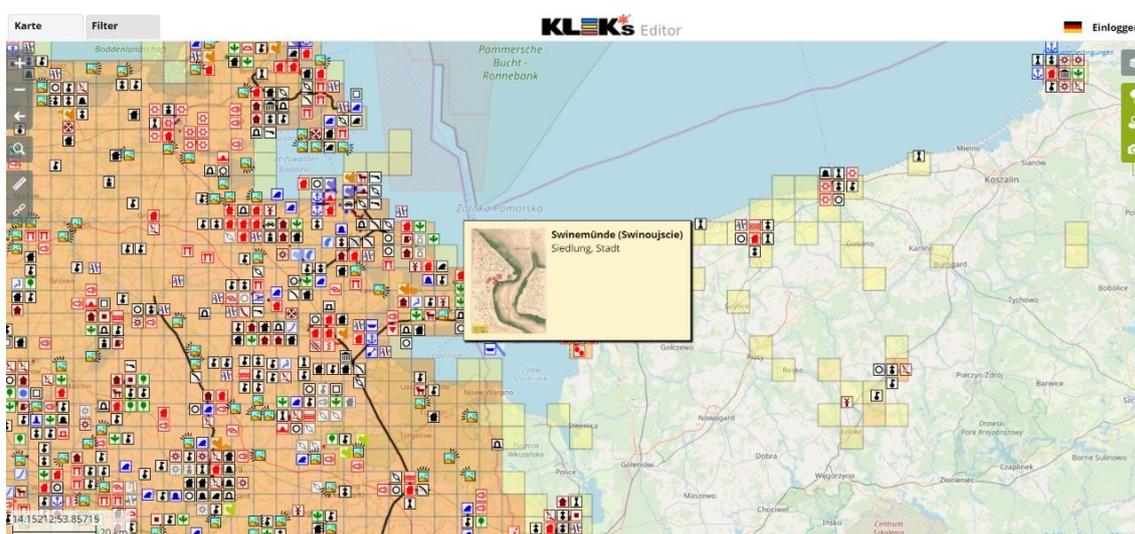


Figura 14 – Imagem da plataforma do Kleks com destaque para os elementos que transbordam as fronteiras (fonte: website Kleks, 2019)

Com relação a plataforma do Kuladig, há três eixos, o cultural, a paisagem e o digital, é um sistema de informações em que se pode articular com instituições de ensino, público, planeamento urbano e paisagístico, economia e turismo, órgãos administrativos e políticas de impacto territorial. De forma precisa espacialmente as informações são implementadas. Essa iniciativa procurou superar um déficit no que toca a preservação de elementos do patrimônio.

A forma de inserção de informação na plataforma do *Kuladig*, vem com uma expressão “Quer participar?” (Fig.15), onde é possível enviar sugestões. O contexto do *Kuladig* permitiu a que universidades, especialistas de geografia, pesquisas acadêmicas sejam referenciados na plataforma. Há também um conselho editorial, que analisam e por vezes consultam especialistas, referenciando dados e

Os observatórios de paisagem como uma plataforma de envolvimento da sociedade civil a longo prazo

relacionando com outros objetos em termos históricos, culturais, arquitetônicos, por exemplo (Fig.16).

The screenshot shows the 'Participe / dê uma dica' (Participate / give a tip) form on the Kuladig website. The form includes a search bar at the top with 'Was?' and 'Wo?' fields and a 'pesquisa' button. Below the search bar are navigation links: 'começo', 'mapa', 'vista objecto', 'Pesquisar lista de resultados', and 'mais -'. The main heading is 'Participe / dê uma dica'. Underneath, it says 'Você pode participar por' followed by a bulleted list:

- nos dê dicas de entradas de objetos existentes
- apontar novos objetos potenciais de Kuladig que ainda não estão no sistema
- contribua com conteúdo para entradas de objetos novos ou existentes ou envie fotos históricas ou pessoais, por exemplo

It then asks to 'Envie-nos um e-mail para kuladig@lvr.de ou simplesmente preencha os campos abaixo.' The form fields include:

- consideração**: A text input field with the placeholder 'Kuladig: Hinweis'.
- whistleblower**: A text input field.
- mensagem**: A larger text area for a message.

Below the message field is a security check with the text 'Consulta de segurança' and a captcha image showing '51-1'. There are 'abortar' and 'enviar' buttons at the bottom of the form. The footer contains: 'Direitos autorais © LVR | informação | parceiro | contato | cunho | política de Privacidade | participar | Versão: 4.40.0'.

Figura 15 – Imagem da web do Kuladig (fonte: website do Kuladig)

The screenshot shows a detailed entry for 'Paisagem cultural histórica Siebengebirge' on the Kuladig website. The entry includes:

- Tags**: área de paisagem cultural, castelo, liquidação, Mosteiro (arquitectural), ponto de vista
- Visão (área) especializada (s)**: Preservation of Monuments
- Municípios**: Bad Honnef, Bonn, Königswinter, Rheinbreitbach
- Círculo (s)**: Bonn, Neuwied, Rhein-Sieg-Kreis
- Estado**: Renânia do Norte-Vestfália, Renânia-Palatinado
- Coordenada WGS84**: 50° 40' 18,44" N; 7° 13' 19,93" O / 50,67179° N; 7,22222° O
- Coordenada UTM**: 32.374.378,56 m; 5.614.835,36 m
- Coordenada Gauss / Krüger**: 2.886.441,97 m; 5.615.848,10 m

The entry features three images: a photograph of a lake and hills, a historical map, and a modern map of the Siebengebirge region. Below the images, there is a paragraph: 'No Siebengebirge, elementos e traços históricos temáticos determináveis concentram-se em uma densidade de valor particular, de alta importância e exclusiva para a Renânia.' There is also a 'Situação' section with 'Impressões temáticas' and 'Sobre a regra do adubo Sobre'. On the right, there is an 'Objeto pai' section: 'Área de paisagem cultural significativa do estado Siebengebirge (KLB 29.02) Início de 2001 Área de paisagem cultural significativa do estado na Renânia do Norte' with a small image of a building.

Figura 16 - Monumento do mês de setembro de 2019 (fonte: website do Kuladig)

4.2.3. Contributos e desafios das plataformas

No que se refere a atuação dessa forma de registro da paisagem, as plataformas²⁷ da Alemanha têm-se diferenciado pela coleta de informação com base no que os cidadãos consideram e configuram como paisagem. O mapa interativo do *Kleks*, por exemplo, ao permitir que o usuário indique e desenhe o que se pretende registrar faz dos agentes civis cocriadores diretos. Os elementos que se pode inventariar também são muito diversos, sensibilizando as pessoas para uma visão holística da paisagem, visto que um dos objetivos principais é considerar a vivência pessoal de cada cidadão com a paisagem como um valor importante. Essas formas de registro acabam por serem fortes recursos, por exemplo, para a implementação futura de observatórios de paisagem, já que apresentam um inventário de informações em contínua atualização e de qualidade.

Porém no caso do *Kleks*, apesar de ter sido uma experiência pioneira, relevante e prático, questões como a alimentação e contribuições para o registro de dados, ainda é um desafio, visto que são os investigadores que realizam boa parte desse trabalho, devido a algumas dificuldades das pessoas de se adaptar a esse tipo de recurso tecnológico. Mas por outro lado, tem auxiliado em estudos preliminares de projetos e influencia nas políticas de paisagem do país.

²⁷ As fontes de informação da análise desse estudo de caso em específico tiveram como base a pesquisa dentro das plataformas digitais pela autora, algumas publicações, websites e conversas com o Dirk Gotzmann, devido a impossibilidade de contato direto com os agentes responsáveis pela coordenação das plataformas.

4.3. – Caso II – A *LandschappenNL* – O trabalho dos voluntários verdes na manutenção da paisagem holandesa

4.3.1. A organização *LandschappenNL* e o monitoramento da paisagem

O instrumento de sensibilização com o território holandês tem sido feito através do trabalho voluntário (Fig.17) da sociedade civil na gestão das paisagens das províncias do país. A *LandschappenNL* (Fig.18) é a organização responsável pelo suporte e integração das outras doze organizações e fundações provinciais na Holanda, que desenvolvem ações de conservação e manutenção dos espaços verdes. A *LandschappenNL* atua a nível das regiões, mas também influencia as relações interprovinciais e dialoga com as políticas nacionais



Figura 17 – Voluntários verdes (fonte: website do Natuurwerkdag)

Da articulação desses agentes civis nasceu como uma preocupação de melhoria dos espaços verdes, resistência a mudanças e ameaças da perda da qualidade da paisagem, que associada a uma predisposição cultural na tradição do país na criação

de “organizações civis que intervenham na definição das políticas públicas e que incentivem o voluntariado, desenvolvendo projetos no seu entorno imediato” (2017, SALA, BERT, BRETCHA, tradução própria). No panorama contemporâneo, o ator principal dentro modelo holandês de acompanhamento das transformações da paisagem são os “voluntários verdes”. Eles são os responsáveis diretos pela manutenção dos elementos da paisagem.



Figura 18 – Imagem da plataforma digital da *LandschappenNL* (fonte: website *LandschappenNL*)

Isto contribui ainda para um ambiente de construção de uma consciência e estímulo da conexão das pessoas com a paisagem, que atualmente ocorre quer no âmbito regional, quer local, e que encontrou suporte numa disposição em que as políticas de garantia da qualidade da paisagem e de preservação do património natural.

Inicialmente as responsabilidades estavam na escala nacional, mas começam em 1977 a serem deslocadas para a uma escala territorial menor, quando o governo holandês introduziu essa visão (*Visie Landschapsbouw*). “Incluiu a necessidade de desenvolver planos de paisagem, tanto regionalmente quanto localmente” (2018, SALA, BERT, BRETCHA, tradução própria)²⁸. Estabelecendo assim um sistema em que “os princípios gerais da qualidade da paisagem são integrados nas estratégias e planeamento territorial em escala nacional, regional e municipal” (2018, SALA, BERT, BRETCHA, tradução própria)²⁹. A evolução desse processo resultou em 2012, na transferência das competências com a paisagem para as doze regiões provinciais (Fig.19), que hoje integradas através da *LandschappenNL*, receberam a

²⁸ No texto original: The Dutch government introduced the Perspective for Landscape Development (*Visie Landschapsbouw*). It included the need to develop landscape plans, both regionally as well as locally.

²⁹ No texto original: The general principles of landscape quality are integrated into territorial strategies and planning at national, regional and municipal scale.

responsabilidade e a autoridade para desenvolverem seus próprios interesses em termos de planeamento espacial.



Figura 19 - Mapa de identificação das regiões provinciais na Holanda (fonte: website *LandschappenNL*,2019)

A Holanda é um país signatário da Convenção Europeia da Paisagem, assinando-a e ratificando-a em 2005. Na trajetória do país, desde o início do século XX, movimentos relacionados a políticas de conservação fundam em 1905 a instituição *Vereniging Natuurmonumenten*. Mais a frente, em 1992 ocorre a aprovação de um plano de política de paisagem, *Nota Landschap*, que tinha como princípios orientadores a conservação, recuperação e desenvolvimento da qualidade da paisagem. Em 1999 é iniciado um o Memorando de Belvedere, *Nota Belvedere*, com aplicação prática concluída em 2010, no qual foi preparado os eixos centrais das dimensões culturais da paisagem no país.

A continuidade do memorando foi feita através da Agenda da Paisagem, *Agenda Landschap*, em 2008, respondendo também as demandas da sociedade civil, esse documento desenhou as estratégias da paisagem até 2020, transformando a paisagem numa dimensão importante das políticas do país. Ainda nesse momento é elaborado em acordo a CEP, o Manifesto da Paisagem, que promove medidas e atividades em que um dos princípios iniciais é a noção de que a “Paisagem pertence a

todos e é para todos” (2018, SALA, BERT, BRETCHA, tradução própria)³⁰, ou seja, buscando evoluir com a percepção da sociedade na elaboração das políticas da paisagem que ainda recebem atenção limitada.

Como forma de fortalecimento desse cenário, a *LandschappenNL* vem trabalhando na criação de um observatório de paisagem, em escala nacional, na intenção de promover a implementação da CEP. O principal objetivo é trabalhar na coleta de dados para monitorar a qualidade atual e evolução da paisagem, conscientizando a sociedade e renovando a atenção para o território. É também um esforço de articulação em um único organismo de instituições de diferentes abordagens que se dedicam ao monitoramento do território, trabalharem em coordenação.

No atual contexto o observatório de paisagem (Fig.20) conta com um recurso central que é a plataforma digital na qual está reunida informações sobre a temática. A estrutura tem três eixos: monitorização de campo, a monitorização em relação às políticas de paisagem e o terceira e principal forma de monitorização, relativo a voz e atuação da sociedade civil, através da valorização de pesquisas de percepção, análise da influência da qualidade da paisagem no ambiente de vida das pessoas, a coesão social entre as pessoas através de trabalhos colaborativos, o registro de narrativas orais sobre a paisagem e o a comunicação nas mídias.

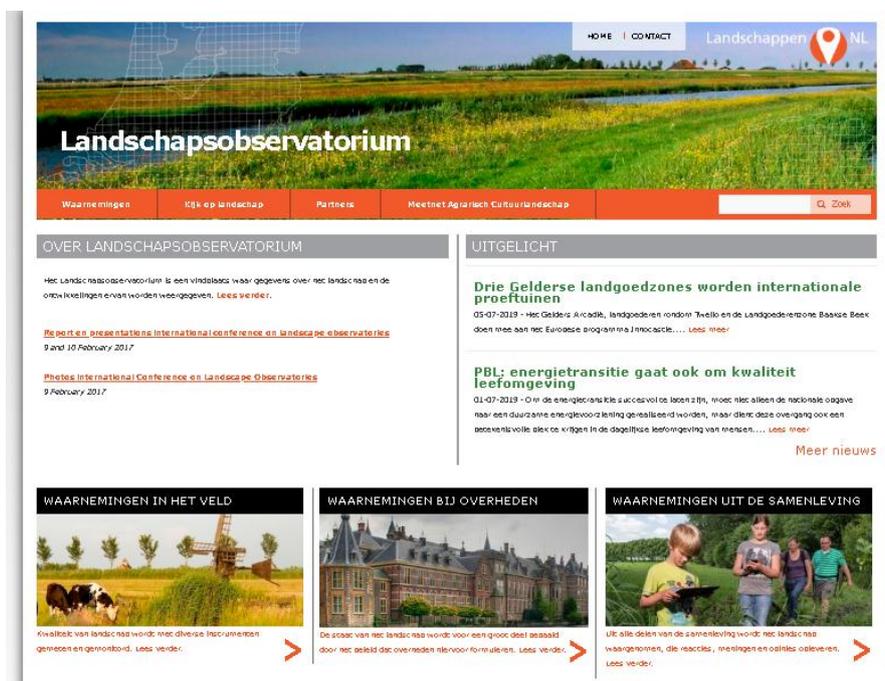


Figura 20 – Imagem da plataforma digital do observatório de paisagem holandês (fonte: website do observatório, 2019)

³⁰ No texto original: Landscape belongs to everyone and its for everyone.

4.3.2. Processos e dinâmicas de envolvimento dos agentes civis na *LandschappenNL*

As frentes de atuação (Ilus.4) na *LandschappenNL* tem sido, **primeiramente**, a de conexão com o lugar, dando voz a percepção e histórias das pessoas, a nível local, identificando as narrativas do território através do conceito de “biografia da paisagem”, ativando uma maior participação cívica, através da interpretação do lugar e sensibilização para o conceito de paisagem. Cada região provincial tem características e plataformas próprias de trabalho, mas o envolvimento dos voluntários verdes é a ação regular e é o recurso principal no estabelecimento da conexão com os espaços verdes.

A **segunda frente**, de estímulo a construção de uma visão nacional, trabalha a paisagem como a base para às demais políticas de planeamento territorial e também na captação de parceiros oficiais, pois, ainda que a *LandschappenNL* seja independente, a intenção é alargar a atuação além do voluntariado, somando outros tipos de energias e agentes.

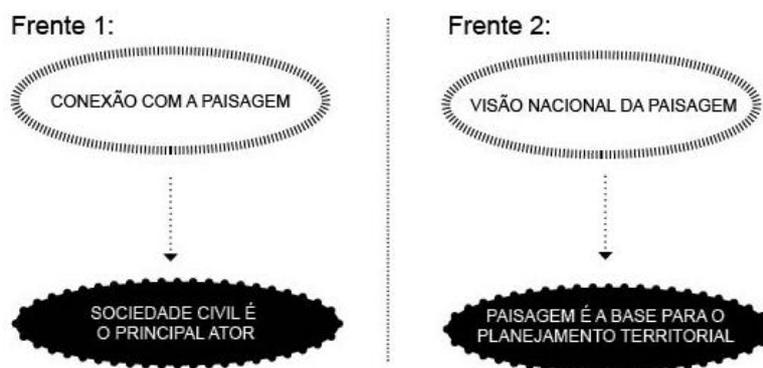


Ilustração 4 – Diagramas de frente de trabalho da *LandschappenNL* (fonte: elaboração própria)

O conceito de “biografia da paisagem” é utilizado como um método interdisciplinar na coleta da história da paisagem, considerando a relação das pessoas com o lugar. A intenção é incorporá-las no planeamento da paisagem e indo além da descrição física do território, explorando as narrativas sociais e emocionais da paisagem. De forma sintética há dois tipos de elaboração da “biografia de paisagem” (Tab.1), e elas se

diferencia principalmente, pela abordagem mais objetiva numa escala territorial mais extensa ou por uma experiência de participação dos residentes numa escala local, coletando informações dos moradores. Essencialmente é um método que está sendo experimentado para envolver a experiências dos agentes civis na coleção de histórias da evolução da paisagem.

Tabela 1 – Tabela dos tipos de abordagem de biografia da paisagem (fonte: artigo *De landschapsbiografie: door de ogen van het verleden een blik op de toekomst*, tradução própria)

Meio	Alta participação de residentes	Alta intensidade de conhecimento
Tamanho da área	Área pequena (1 ou 2 centros da vila)	Área maior (município, (pequeno) região)
Objetivo	Suporte para a paisagem local criar, mapear avaliação da paisagem	Aumentar o conhecimento, historicamente bem fundamentado política ambiental
Público-alvo	Municípios, oficiais de política política ambiental	Assistentes de política política ambiental
Exemplo	Paisagem valorizada, visão de bairro Gortel e Niersen	Drentsche Aa, Smallingerland, os quatro parques nacionais

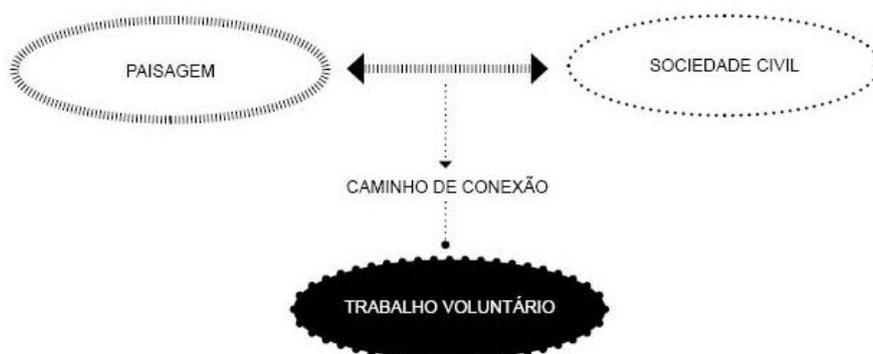


Ilustração 5 - Diagrama do conceito do trabalho voluntário da *LandschappenNL* (fonte: elaboração própria)

Para esse relatório foi tido em consideração um contexto mais geral na análise desse estudo de caso, visto a transversalidade desse tipo de compromisso cívico na

Holanda. Contudo, graças ao acesso a informações mais detalhadas em contatos com agentes do programa *De Groene Motor* da província do sul da Holanda e a publicações sobre a *Landschapsbeheer*, na província de Flevoland esses serão exemplos ilustrados no decorrer da análise.

As organizações provinciais trabalham na coordenação das tarefas. No caso da *De Groene Motor*, por exemplo, eles atuam fortalecendo, apoiando e encorajando o voluntariado na natureza, paisagem e património verde. Fundada em 2014, hoje conta com sete mil voluntários, que ajudam na medição da paisagem e dos seus elementos cénicos. Durante a realização das atividades, é comum ter um coordenador, os grupos, podem ser consolidados ou temporários, como no caso da província de Flevoland.

Através das plataformas digitais de comunicação, há o lançamento de campanhas e divulgação da evolução das ações. As pessoas são estimuladas a se inscreverem e integrarem os projetos. É um modelo flexível, na medida que incorpora todos os tipos de conhecimento que os voluntários possam ter, dando-lhes liberdade na escolha das tarefas. As equipes recebem formação e material adequado para que a execução dos serviços seja realizada de forma segura e profissional (Fig.21).



Figura 21 – Trabalho voluntário e formação (fonte: website *Landschapsbeheer*)

As tarefas são feitas durante todo o ano e em conjunto, mas há também um dia ano que é dedicado especialmente a natureza (Fig.22), o *Natuurwerkdag*, realizado como uma tarefa simultânea de voluntariado em todo o país. O trabalho é feito corpo a

Os observatórios de paisagem como uma plataforma de envolvimento da sociedade civil a longo prazo

corpo, em diferentes escalas, com a *Groene Motor*, a intervenção acontece em parques locais, parques naturais, hortas sociais e ao longo de estradas, por exemplo. Em algumas províncias ainda é feito trabalhos de consultoria e conselhos na elaboração de pequenos projetos de espaços verdes (Fig.23) por partes dos técnicos das organizações provinciais.



Figura 22 – Imagem da plataforma digital da organização que promove o Dia da Natureza (fonte: website do Natuurwerkdag, 2019)

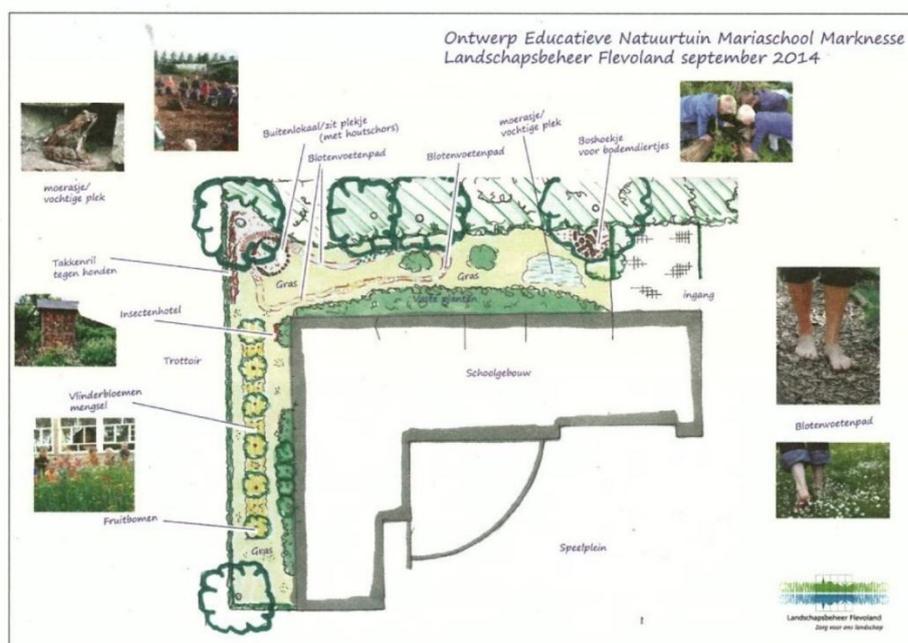


Figura 23 – Projeto para um espaço verde na província de Flevoland (fonte: publicação paisagem, desenvolvimento rural e cidadania, 2017)

Há *workshops* e oficinas dedicadas ao ensino da manutenção da natureza, jardim e quintal, bem como cursos de interpretação da paisagem e estímulo a construção de pequenos elementos paisagísticos e jardins cada vez mais naturais. Os voluntários são integrados em todas as etapas das tarefas, na intenção de atingir uma participação mais ativa possível e tendo em conta que o trabalho desses voluntários é imprescindível atualmente para a manutenção dos valores do entorno das províncias.



Figura 24 – Instalação de elementos de sinalização pelos voluntários (fonte: website da *Landschapsbeheer*)

Em relação à medição e avaliação dos voluntários verdes, no sul da Holanda, a *De Groene Motor*, realiza encontros com o objetivo de atualização das metodologias de envolvimento dos voluntários. Durante esse processo é posto em discussão experiências, resultados e questões. Há a realização de relatórios regulares a fim de mostrar a evolução das ações e ampliar a visão do trabalho, principalmente para as políticas públicas em nível nacional.

Segundo os agentes³¹ de *De Groene Motor*, esse compartilhamento também impulsiona o crescimento do trabalho, pois é pensado dentro de uma estrutura circular (Fig.25), em que se o trabalho é reconhecido, as pessoas se sentem orgulhosas e motivadas a continuar voltando novamente a se envolverem com o trabalho.

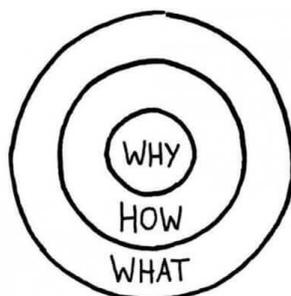


Figura 25 – Círculo Dourado de Simon Sinek usado para pensar a motivação cidadão pela *De Groene Motor* (fonte: <https://www.webton.nl/blog/wat-is-de-golden-circle.html>)

4.3.3. Contributos e desafios do trabalho voluntário na Holanda

A incorporação das responsabilidades das políticas de planeamento territorial no nível regional e local pode ter contribuído a criação de iniciativas por agentes civis, pois em nível local, é mais fácil ver com clareza as alterações na paisagem, enquanto que em âmbito nacional, ainda é um desafio obter reflexões mais sólidas e uma articulação com as políticas de paisagem.

Do ponto de vista da construção de uma cultura de paisagem, o impulso interno de compromisso que é mobilizado através da manutenção e melhoria do entorno direto são mais importantes que as horas dedicadas à manutenção dos espaços verdes

³¹ Em entrevista pessoal e contato por email com Marleen Van Der Lee, maio de 2019.

(Fig.26). O trabalho dos voluntários verdes foi entendido como o “melhor caminho para conectar as pessoas ao território” (GERRIT,2019)³², vinculando-as as histórias do lugar em que vivem e estimulando-as a uma consciência dos valores da paisagem.

As organizações provinciais ligadas *LandschappenNL* ao promoverem ações numa escala local, em espaços verdes e naturais, próximos aos locais onde as pessoas vivem ou nos seus jardins, contribuem para uma expansão da visão de paisagem, ao despertar o olhar para os lugares quotidianos. O foco na microescala territorial reflete ainda a preocupação com a perceção e vivência do território da sociedade civil, construindo redes mais resilientes. Por outro lado, a falta ou restrição de recursos financeiros, muitas vezes exigem que as iniciativas comecem menores e em formatos de operacionalização mais simples.

Apesar das campanhas e dos números expressivos de voluntários verdes, a questão de continuidade das equipas de trabalho e da participação da população jovem na realização das atividades ainda são um desafio para as organizações. Em outra frente, o trabalho de captação de apoio e sensibilização dos planeadores e autoridades responsáveis pelas políticas territoriais tem requerido um exercício de persistência por parte das organizações.

O método da “biografia da paisagem” apresenta um carácter próximo aos catálogos de paisagem, contudo mais extenso e com um tempo maior de elaboração, mas que podem ser trabalhado um meio termo na forma com as biografias são desenvolvidas. Dessa forma, as organizações provinciais acabam por desenvolverem um perfil similar ao dos observatórios de paisagem, na condução de monitorização das dinâmicas do território. Graças à existência das organizações é possível ter um ponto de partida para construção de um observatório nacional, pois elas funcionam como uma rede de observatórios locais.

Por fim, o trabalho realizado, apesar ter um carácter essencialmente ecológico e de manutenção dos elementos verdes (Fig.26), em certas províncias, como em Flevoland, com vinte anos de envolvimento cívico através da *Landschapsbeheer* “faz parte de uma rede de atores que participam da gestão, planeamento e ordenamento da paisagem” (SALA, GRAU, TERRADES, 2017), desenhando em cocriação os programas e políticas territoriais.

³² Em entrevista com Gerrit-Jan, maio de 2019.



Figura 26 – (fonte: website do Natuurwerkdag)

4.4. – Caso III – *Priorat-Montsant-Siurana*: a sociedade civil na condução da candidatura a patrimônio mundial da UNESCO

4.4.1. A paisagem de Priorat

O território de Priorat-Montsant-Siurana (Fig.27) realizou ao longo dos últimos doze anos um projeto coletivo de gestão da paisagem em que a sociedade civil da Comarca de Priorat, representada pela associação *Prioritat* foi o agente fundamental no impulso e condução do processo de candidatura para Patrimônio Mundial da UNESCO.



Figura 27 – Território da Comarca de Priorat (fonte: dossier de candidatura de Priorat)

A Comarca de Priorat (Fig.28) que pertence a província de Terragona, na região da Catalunha, em Espanha é uma paisagem excepcional. Porém há mais de uma década apresentava uma condição de empobrecimento, despovoamento e projetos agressivos (Fig.29) que ameaçavam a perda do caráter de sua paisagem. Este contexto foi transformado num estímulo para que um novo modelo territorial fosse repensado, articulado com as comunidades locais.

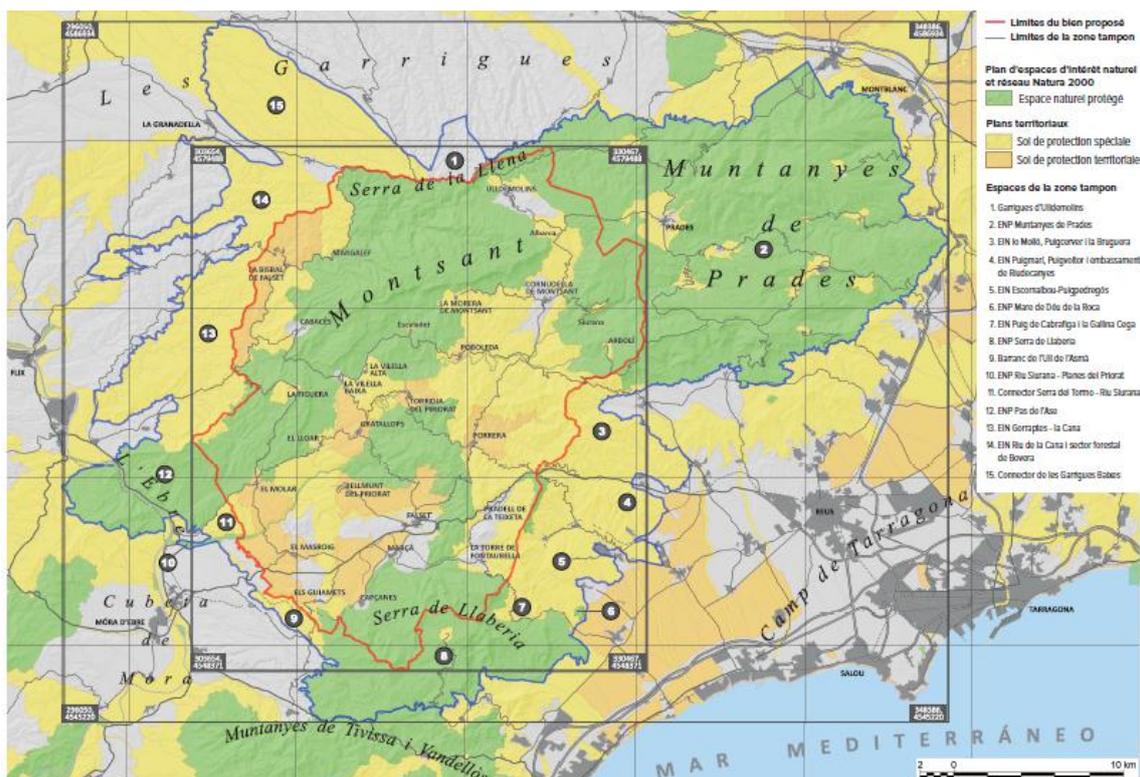


Figura 28 – Mapa do território de Priorat (fonte: fonte: dossier de candidatura de Priorat)

Lentamente moldada pelo homem, a paisagem de Priorat tem na agricultura a atividade principal e ainda conserva até hoje o seu caráter essencialmente rural, com cultivos tradicionais de vinhas e oliveiras entre topografias montanhosas, marcada, sobretudo pela serra de Montsant. Nos últimos anos, Priorat vem-se estabelecendo como um mosaico mediterrânico de uma paisagem cultural agrícola, com policulturas num mundo rural ativo, oferecendo uma agricultura de proximidade, graças ao seu modelo em escala de produção local associado a uma relação sensível com a terra, respeito ao território e a consciência dos valores da paisagem que foram trabalhados na última década.



Figura 29 – Cartazes em reação aos projetos energia em Priorat (fonte: apresentação Roser Vernet)

A trajetória de Priorat acompanha a introdução da paisagem nas políticas territoriais da Catalunha. Desde a criação da CEP, em 2000, quando, no mesmo ano, o parlamento catalão aderiu à Convenção, ratificando-a em 26 de novembro de 2007, entrando em vigor em 2008. Um período depois, conhecido por *Landscape Act*, foi formulada a Lei de Paisagem, Lei 8/2008 que regulamenta a proteção, gestão e planeamento da paisagem na Catalunha. Assim “com a aprovação desta lei, a paisagem deixou de ter uma conotação exclusivamente estética e tornou-se um elemento ativo no planeamento e gestão da região e força motriz do desenvolvimento” (NONGUÉ, SALA, 2018, tradução própria)³³.

Esse contexto criou condições importantes na construção de uma cultura de paisagem na Catalunha e contribuiu no estabelecimento de uma base para as políticas de paisagem em âmbito regional.

4.4.2. Processos e dinâmicas de envolvimento de agentes civis em Priorat

A candidatura a património mundial da UNESCO foi a linha orientadora e a oportunidade para a implementação de um novo modelo de intervir no território de Priorat. Essa mudança de direção, na forma de trabalhar a paisagem foi resultado da evolução do debate após uma série de pressões agressivas, especialmente na montanha de Montserrat, com a tentativa de instalação de turbinas eólicas. A reflexão despertada devido a esse momento permaneceu e outras inquietações surgiram. “Perguntamos a nós mesmos o que queremos fazer e como nos integramos em nossa mentalidade e no senso de identidade desse território” (VERNET, 2019). Era

³³ No texto original: With this passing of this Act, landscape ceased to have na exclusively aesthetic connotation and became na active element in the planning and management of the region and driving force for development.

necessário recuperar o senso de pertença das pessoas através de um projeto contínuo em que a preocupação maior fosse a qualidade da paisagem.

Foram realizados durante três anos conferências intituladas de “Priorat: que paisagem? Que futuro?” Em que diversas pessoas de diferentes campos do conhecimento foram convidadas para refletirem juntas sobre esta paisagem. O terceiro ano representou um salto conceitual da discussão sobre “paisagem cultural” para o entendimento dos “valores da paisagem”. Desta experiência vivenciada nas conferências, criou-se a associação *Proritat*, impulsionada pela sociedade civil a partir de 2007, num marco consciência de valor, que aglutinou as entidades do concelho da Comarca de Priorat e a *Diputació* de Terragona.

Essa atitude revelou o amadurecimento de “ações reduzidas a um estado de alerta constante” (VERNET, 2019), das intervenções que chegavam ao território para a elaboração de estratégias para pensar a paisagem longo prazo, prevendo as ameaças. Assim a plataforma de construção desse modelo é o debate, a sensibilização e o convencimento da sociedade com um “processo de participação máxima e repartição dos compromissos” (REGUANT, 2019) em que foi necessário reaprender com a própria paisagem. Portanto tem o impulso da candidatura como um esforço nascido no próprio território, a necessidade de renovação dos estímulos apoiados na sociedade civil foi a base fundamental.

O percurso temporal da metodologia que evoluiu com o próprio processo está detalhado na linha do tempo (Ilus.6). Esse percurso começa a partir de 2004, quando foi iniciada a elaboração da Carta de Paisagem de Priorat. No ano seguinte ocorre a criação da Lei de Paisagem e o Observatório de Paisagem da Catalunha, bem como início da elaboração do catálogo de paisagem do Camp Terragona. A associação *Prioritat* surge nesse cenário, em 2007, com base nos agentes civis da Comarca Priorat. Nesse mesmo ano a CEP é ratificada na Espanha, e em 2008 tem a publicação das recomendações para implementação da CEP que indicam a criação de observatórios de paisagem, portanto a Catalunha é precursora.

Em 2011, o plano de participação de Priorat é elaborado e “identificam-se os diferentes atores e as relações entre eles” (SALA, GRAU, TERRADES, 2017). As escolas de Priorat começam a trabalhar a partir de 2011 e 2012 junto a candidatura. Em 2012 a carta de paisagem de Priorat é assinada por todos os atores e há acolhimento da candidatura pelo parlamento da Catalunha. Em 2013 são realizados *workshops* com universidades para produzir material para o dossiê, em 2014 a candidatura entra na lista indicativa e é iniciada Carta Europeia de Turismo

Sustentável de PN-Montsant-Priorat. Em 2015 é criado a forma permanente do turismo que tem carácter participativo; em 2016 são realizadas as sessões para validação do plano de gestão e em 2017 o plano de gestão é aprovado, apontando muitas das responsabilidades para a população local. Em 2019 Priorat está na reta final da candidatura.

Destaca-se que a condução do processo que foi construído por causa da candidatura contou com o envolvimento da sociedade civil em diversas etapas, pois foi “trabalhado simultaneamente a nível territorial, académico e institucional” (SALA, GRAU, TERRADES, 2017), particularmente em relação ao **nível institucional**, a candidatura a UNESCO exige que haja interlocução direta com as instituições do país.

A **nível territorial**, foi construída a base do projeto de candidatura, com a reunião de todos os atores da sociedade para apresentar a ideia e para que todos conhecessem e tivesse uma noção comum do território. A associação *Prioritat* através diversos encontros e debates, procurou entender os valores de sua paisagem para população local (Fig.30), esse nível visou planificar, impulsionar e ordenar, a participação cidadã resultando em 2011, na redação do plano de participação para Priorat.

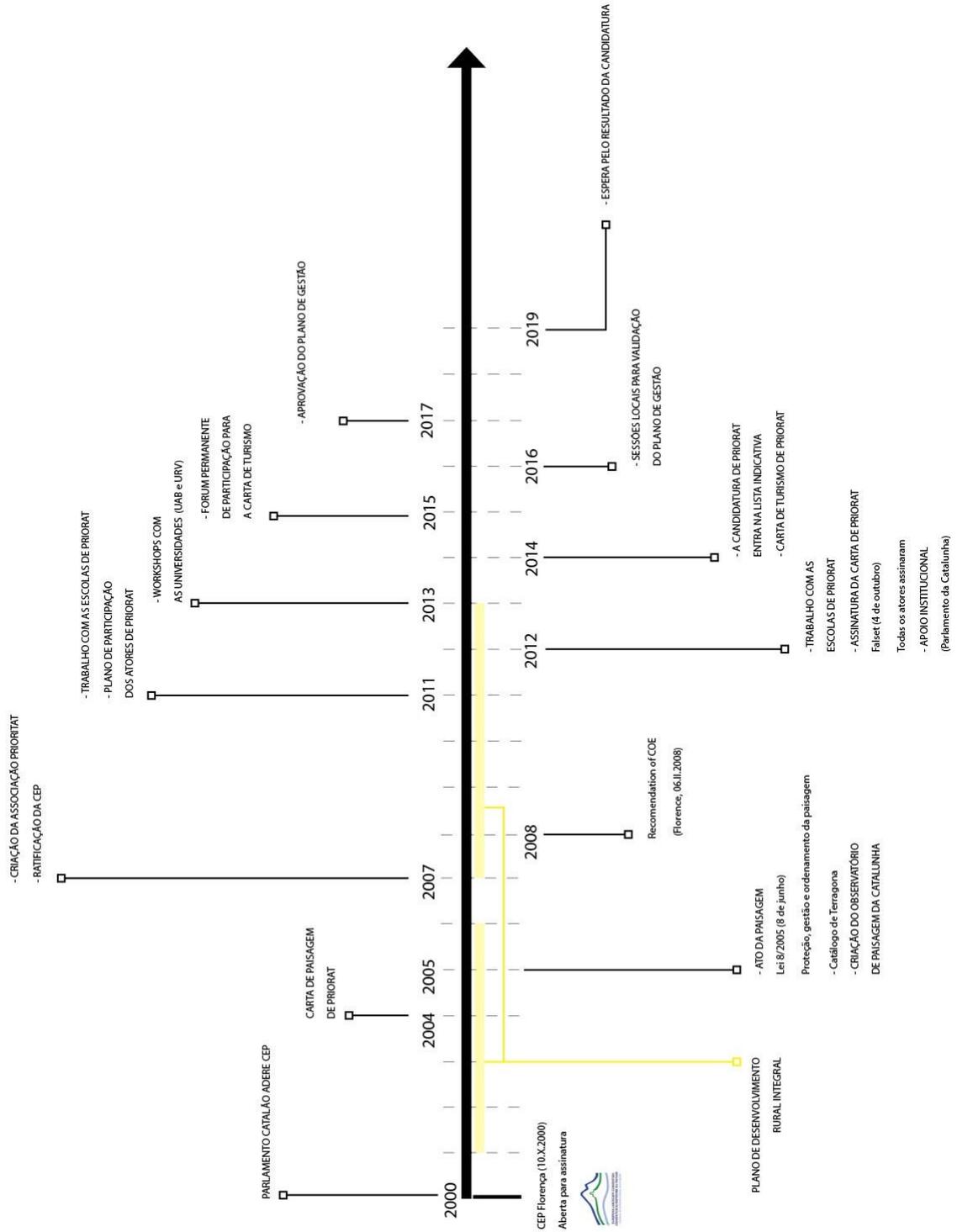


Ilustração 6 – Linha do tempo do processo da candidatura de Priorat a UNESCO (fonte: elaboração própria)



Figura 30 - Reunião com a comunidade local (fonte: dossier de candidatura de **Priorat**)

A **nível acadêmico**, este foi trabalhado particularmente no momento de redação do dossier de candidatura para UNESCO. No caso de Priorat, a equipa que redigiu o documento apresentou uma especificidade, “Nesta esfera, *Prioritat*, quis que as pessoas encarregadas com a redação do dossiê fossem especialistas e estudiosos originários da Comarca ou que tivessem fortes vínculos” (SALA, GRAU, TERRADES, 2017). E na intenção de expandir as contribuições extra fronteiras do território, foram realizados cinco *workshops* com outras universidades da Catalunha, a UAB e URV em 2013, em que ocorreu a produção de material para a candidatura. Dessa forma e diferente de outras candidaturas guiadas por administrações em que são os técnicos que redigem o dossiê final, Priorat utilizou especialistas acadêmicos com influência local.

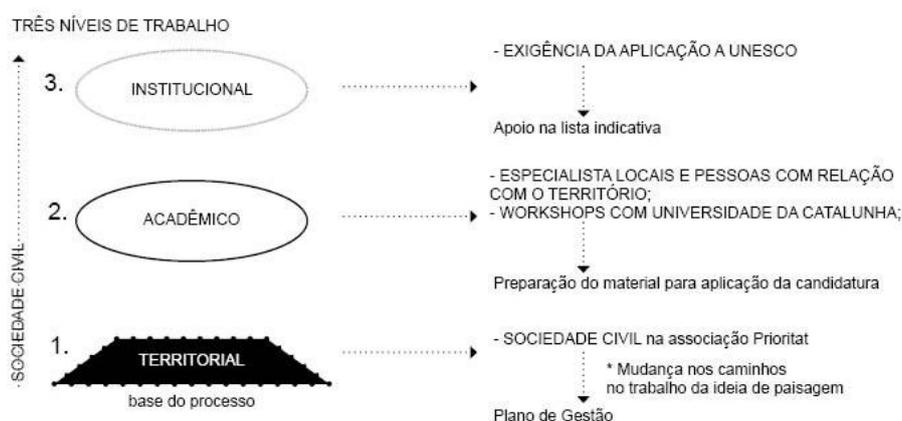


Ilustração 7 - Diagrama dos níveis de trabalho da candidatura de Priorat (fonte: elaboração própria)

4.4.3. Contribuições e desafios da experiência de Priorat

A consciência de valor da paisagem foi um dos pontos de transformação mais importantes para que a paisagem de Priorat fosse observada com outro olhar. A candidatura de Priorat-Montsant-Siurana guiou o percurso até a aplicação para a UNESCO, mas a autoestima que foi despertada com relação a percepção do território e da paisagem deu força ao projeto. Paisagem é um conceito complexo e transversal e abriga diversos valores. O projeto de paisagem foi entendido como um plano constante em que uma boa gestão da paisagem é o objetivo principal e se os valores existem hoje, precisam permanecer através de um modelo de manutenção de valores.



Ilustração 31 – Paisagem de Priorat (fonte: website Prioritat)

A evolução de Priorat nos últimos anos foi entendido como uma oportunidade de aprendizado, pois ele próprio enriqueceu o reconhecimento da paisagem da sua população, provocando efeitos, sobretudo internos no território, pois trabalhou com desejos e demandas da sociedade local, abrindo caminhos além da candidatura.

O plano de gestão foi o centro de convergência das linhas de força do território, de forma que a paisagem harmonizada que se vê hoje em Prioritat, com vinhas bem traçadas³⁴, por exemplo, é um modelo real do que realmente ela é. A evolução na última década é paralela ao percurso da associação *Prioritat*. Foi no plano de gestão que se detalhou importantes formas de envolvimento cidadão, composto pela carta de paisagem, o plano estratégico regional para desenvolvimento socioeconómico 2014-2020 e a carta europeia de turismo sustentável.

A candidatura se diferencia pelo envolvimento da sociedade civil ao longo de anos de mobilização. Essa trajetória foi possível segundo as palavras de Joan Reguant, coordenador da Candidatura de Priorat-Montsant-Siurana e presidente do ICOMOS

³⁴ Observações feitas com base na visita a Comarca de Priortat em maio de 2019.

Andorra, pela resistência, convicção e responsabilidade para com a paisagem de Priorat. Devido ao envolvimento dos agentes civis na liderança, Priorat é visto como um modelo inovador de novos formatos de governança, em que se criou um espaço civilizador e democrático, mesmo depois que as instituições se tornaram parceiras.

Joan Reguant apontou o primeiro ano, com a candidatura³⁵ sendo o foco do processo, porém ao longo do tempo se o território não estiver bem gerido com fortes alicerces participativos não teria sido possível a aplicação da candidatura. O reconhecimento da UNESCO é importante, mas também traz responsabilidades maiores com a gestão da paisagem, bem como uma maior visibilidade e interesse para a região ao ter o reconhecimento de valor universal excepcional. Portanto evoluir mantendo a identidade da paisagem, seus valores e as pessoas que vivenciam o lugar. Afinal “por trás de uma garrafa de vinho há sempre uma relação de amor com suas vinhas” (REGUANT, 2019).

4.5 – Lições e tópicos chaves aprendidos com os estudos de caso

Este capítulo refletiu e analisou três experiências de diversidade de envolvimento da sociedade civil com a paisagem em três países na Europa: Alemanha, Holanda e Espanha. Os critérios que argumentaram em favor da seleção das iniciativas que foram analisadas elegeram ações que os agentes civis atuassem como impulsionador, condutor ou cocriadores. Práticas com trajetórias temporais consolidadas, membros ou parceiros contatáveis da rede CIVILSCAPE como exemplos cívicos relevantes.

A análise foi organizada em três subtópicos em que caso de estudo é detalhado, desde o enquadramento da paisagem, associações, organizações ou plataformas articulando-as ao contexto síntese das políticas de paisagem e sua cultura de paisagem, os processos e dinâmicas de participação a as contribuições e desafios vivenciados.

³⁵ Nota publicada durante a elaboração desse relatório sobre a retirada da candidatura de Priorat “A associação Prioritat, que reúne entidades, indivíduos e instituições do Priorat, e que é a força motriz por trás da candidatura do Priorat ao Patrimônio Mundial da UNESCO, enviou um comunicado à imprensa [...] onde anuncia que o Ministério da Cultura espanhol, uma organização que tenha competência para decidir sobre o processo de candidatos ao Patrimônio Mundial”, optou por retirar de forma estratégica a indicação de Priorat-Montsant-Siurana para Patrimônio Mundial da UNESCO, razão pela qual a candidatura prioratina não será examinada na próxima sessão do Comitê do Patrimônio Mundial, que será comemorado em Baku (Azerbaijão) na primeira quinzena de julho. Tanto a Generalitat quanto os promotores prioritários da candidatura compartilham essa decisão estratégica do ministério, que deve ser enquadrada no normalidade desse tipo de processo e que em nenhum caso representa qualquer tipo de renúncia a um futuro registro dessa paisagem cultural.” Fonte: (<https://www.vilaweb.cat/noticies/la-candidatura-del-priorat-a-patrimoni-mundial-de-la-unesco-fa-una-retirada-estrategica-i-no-definitiva/>), Junho, 2019, tradução própria.

Também foi considerada a ideia de que cada território – país, região, ou localidade – possui modos únicos de interação com o lugar, gerando assim também especificidades na formulação de métodos de articulação da sociedade civil com a paisagem. Assim, a presente análise culminou numa síntese de lições e referências que foram suporte para elaboração da proposta de recomendações que será desenvolvida no capítulo 5 (tabela 2).

Tabela 2 – Tabela síntese dos principais conceitos do capítulo 4 (fonte: elaboração própria)

TABELA SÍNTESE DOS ESTUDOS DE CASO	
<p>CASO I – <i>Kuladig e Kleks</i>: plataformas digitais colaborativas da paisagem e patrimônio na Alemanha</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Coleta de informações com base na percepção da sociedade; • Sensibilização para todos os tipos de paisagem; • Ambiente digital como forma de integração, transmissão e comunicação sobre a paisagem;
<p>CASO II – A <i>LandschappenNL</i>: o trabalho dos voluntários verdes na manutenção da paisagem holandesa</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Trabalho voluntário como forma de conectar a pessoas a paisagem e melhora da coesão social; • Sensibilização para os espaços verdes e paisagens cotidianas;

TABELA SÍNTESE DOS ESTUDOS DE CASO

CASO III – <i>Priorat-Montsant-Siurana</i>: a sociedade civil na condução da candidatura a patrimônio mundial da UNESCO	<ul style="list-style-type: none">• Estímulo a governança da comunidade local como líder da gestão do território;• Reconhecimento dos valores da paisagem;• Sensibilização para as paisagens agrícolas;• Plano de gestão da paisagem como principal suporte para manutenção dos valores;
--	---

Capítulo 5 – Proposta: recomendações para o envolvimento da sociedade civil

A presente proposta foca-se na elaboração de recomendações traduzidas em ações específicas para um envolvimento mais representativo da sociedade civil na criação de estratégias prospetivas de monitorização das paisagens, incorporando os princípios estabelecidos pela CEP.

5.1. – Reflexões de como os observatórios de paisagem podem responder aos anseios da sociedade civil

O carácter dinâmico das paisagens requer uma atitude de contínua observação e de troca de informações, para isso, a criação dos observatórios, centros ou institutos de paisagem se transformou num importante instrumento de convergência de conhecimentos e ações sobre os territórios.

A realização desse processo de acompanhamento deve estar o mais próximo possível das identidades territoriais, considerando significativamente a perceção e desejos da sociedade como fundamento preliminar na formulação, implementação e monitoramento da qualidade da paisagem. Esse tipo de conduta cria um novo sentido nas ações direcionadas paisagem, pois transforma os agentes civis em atores de “cocriação” (RICHEs, 2015)³⁶, que interferem no desenho de estratégias ao mesmo tempo elas evoluem, participando ativamente de todos os estágios do estudo de paisagem, tanto em termos teóricos quanto em termos práticos e operando como verdadeiros observadores do território que interagem.

Muitas das experiências de envolvimento nascem em oposição a decisões arbitrárias sobre o território, que não levam em consideração os anseios das populações. Um dos pontos chaves no impulso e condução dessas experiências é o clareamento da consciência de valor das paisagens “Além disso, a participação é considerada um instrumento para fortalecer as identidades das populações, que se reconhecem em

³⁶ “Co-creation as a method has been used in different domains for collaborative and creative work, where it brings together people from different backgrounds and expertise to make creative outputs”.

seu redor” (COE, 2008, tradução própria)³⁷. Esse reconhecimento estimula o compromisso cívico e alimenta a construção de uma cultura de paisagem, expandindo os limites do alcance à interpretação da paisagem para além do domínio dos especialistas e sensibilizando de forma holística todos os agentes do território.

5.2. – Recomendações para o envolvimento da sociedade civil a longo prazo no âmbito dos observatórios, centros e institutos de paisagem

As recomendações (Tab.3) desenvolvidas com base na reflexão realizada neste relatório foram estruturadas em três pilares (Ilus.8), identificados como tópicos latentes nos estudos de caso analisados e nos processos contemporâneos de envolvimento da sociedade civil com a paisagem. As recomendações também representam a soma de experiências de sucesso, agora articulados, esses pilares são: a promoção de **comunicação e transmissão** do conhecimento sobre a paisagem, o incentivo a **novos modelos de governança** e a **gestão participativa**.

A proposta teve como foco a elaboração de orientações voltadas para a sociedade civil como “cocriador” e centro de força das paisagens. Através de práticas aplicáveis e flexíveis a distintos tipos de realidade territoriais, consciente de que todas as paisagens são relevantes. Está direcionada ao âmbito dos observatórios, centros e institutos de paisagem em um sentido que a escala local e regional são o ponto de partida para a condução das ações ou fortemente coordenadas com as políticas de paisagem a nível nacional ou europeu.

As recomendações estão apontadas para a fase inicial de preparação das metodologias, este é um dos momentos mais delicados, particularmente no que diz respeito aos processos de sensibilização com a paisagem. A CEP diz que “cada parte se compromete a aumentar a conscientização entre a sociedade civil, organizações privadas e autoridades públicas sobre o valor das paisagens, seu papel e suas mudanças” (art.6, CEP, 2000, tradução própria)³⁸, procurando despertar um processo interativo e aberto, afim de enriquecer o repertório de informação e atenção a paisagem.

³⁷ No texto original: Moreover, participation is regarded as an instrument for strengthening the identities of populations, which recognise themselves in their surroundings.

³⁸ No texto original: Each Party undertakes to increase awareness among the civil society, private organisations, and public authorities of the value of landscapes, their role and changes to them.

Assim esta contribui para estimular a interpretação, o interesse pela paisagem e recuperação do sentimento de pertença para iniciativas que ainda vão ser formuladas ou precisam melhorar suas metodologias participativas. Por fim, apoiado na construção ou reforço de uma cultura de paisagem através de alternativas cívicas em que há a construção da ideia um património comum.

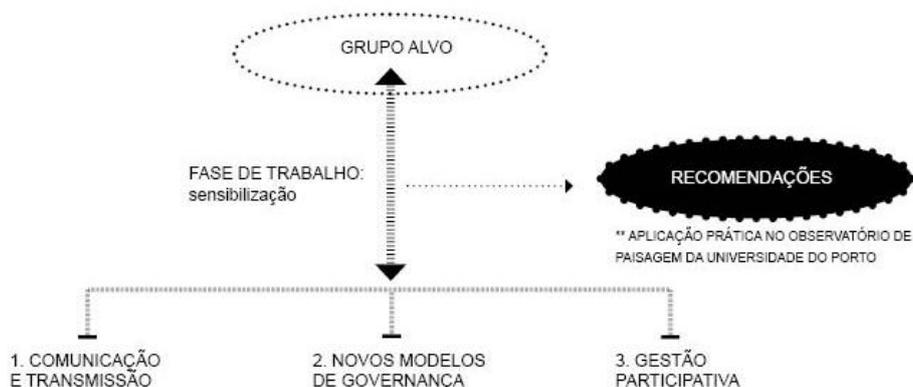


Ilustração 8 – Diagrama dos conceitos-chaves da proposta de recomendações (fonte: elaboração própria)

Tabela 3 - Tabela de Recomendações (fonte: elaboração própria)

PROPOSTA		
Eixos	Recomendações	Ações específicas
Novos modelos de governança:	<ul style="list-style-type: none"> A sociedade civil é o principal agente e deve ser estimulada na articulação e condução das iniciativas entorno da paisagem; 	<ul style="list-style-type: none"> Criação de associações, grupos ou cooperativas de coordenação;
	<ul style="list-style-type: none"> Trabalhar com conceito de “co-criação” como conduta para lidar com a diversidade de agentes; 	<ul style="list-style-type: none"> Identificação dos diferentes atores civis; Organização de encontros para reunião dos

PROPOSTA		
Eixos	Recomendações	Ações específicas
		atores trabalhando com um diálogo interdisciplinar; ○ Criação de um mapa de atores;
	<ul style="list-style-type: none"> • Promover a evolução dos processos de envolvimento partindo da escala local ou regional, fortalecendo a articulação das comunidades locais ou em simultaneidade com as políticas nacionais e europeias; 	<ul style="list-style-type: none"> ○ Elaboração de um plano de participação; ○ Estabelecer parcerias com a redes civis envolvidas com o território; ○ Promoção de eventos que despertem o sentimento de compromisso cívico com a paisagem, como exercício de democracia e que contribui para o bem estar e qualidade de vida das populações;
	<ul style="list-style-type: none"> • Manutenção de um atitude proativa, pensando o território 	<ul style="list-style-type: none"> ○ Criação de cartas da paisagem;

PROPOSTA		
Eixos	Recomendações	Ações específicas
	de forma estratégica;	<ul style="list-style-type: none"> ○ Formação de mediadores;
Comunicação e transmissão do conhecimento sobre paisagem:	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolvimento de métodos que trabalhem níveis de sensibilização com os valores do território sob diferentes pontos de vista para a sociedade civil; 	<ul style="list-style-type: none"> ○ Ateliers para a exploração da construção da cultura de paisagem; ○ Construir uma ideia de paisagem comum e representativa a todos os agentes; ○ Diluir a temática da paisagem em diferentes tipos de eventos (artísticos e de valorização do património)
	<ul style="list-style-type: none"> • Estudar formatos de aproximação com o conceito paisagem diminuindo as distâncias entre as pessoas e os conceitos; • Cada contexto cultural requer um tipo de abordagem específico; • O métodos podem ser 	<ul style="list-style-type: none"> ○ Criação de atividades que despertem a consciência da relação do homem e do território através do olhar mais atento a qualidade dos

PROPOSTA		
Eixos	Recomendações	Ações específicas
	<p>trabalhados de forma específica ou em simultaneidade;</p>	<p>locais em que habitam;</p> <ul style="list-style-type: none"> ○ Estimular o uso dos espaços verdes, através da experiência do jardim; ○ Criar atividades permanentes e periódicas, através de oficinas, caminhadas;
	<ul style="list-style-type: none"> • Estimular a transmissão ou expansão de informação em diferentes tipos de mídias de forma acessível e transparente, mantendo a população integrada no processo; 	<ul style="list-style-type: none"> ○ Criar plataformas colaborativas, apoiadas em tecnologias digitais ou espaços de partilha de informação³⁹; ○ Comemorar o dia da paisagem estabelecido pelo COE como forma de expandir a noção de paisagem;

³⁹ Ação que será desenvolvida no tópico 5.3.

PROPOSTA		
Eixos	Recomendações	Ações específicas
	<ul style="list-style-type: none"> • Investimento contínuo na troca de experiências internas e externas nos observatórios, centros e institutos de paisagem; • Revisão e atualização contínua dos processos de comunicação e transmissão sobre a paisagem, adaptando aos anseios da sociedade civil e evolução da paisagem; 	<ul style="list-style-type: none"> ○ Usar e criar publicações relacionadas a paisagem; ○ Estudar projetos de referências e convidar todos os agentes pessoas para debates, conferências, workshops;
Gestão participativa:	<ul style="list-style-type: none"> • Apresentar o conceito de gestão da paisagem como um princípio orgânico de manutenção dos valores da paisagem; 	<ul style="list-style-type: none"> ○ Trabalhar na elaboração de planos gestão;
	<ul style="list-style-type: none"> • Investir e estimular o envolvimento dos agentes civis na continuidade das iniciativas entorno da paisagem; 	<ul style="list-style-type: none"> ○ Campanhas de estímulo e captação de trabalho voluntário;
	<ul style="list-style-type: none"> • Consciência de que paisagem é conceito holístico, portanto diversos tipos de conhecimento e especialidades é importante 	<ul style="list-style-type: none"> ○ Formação e material que apoie o trabalho voluntário; ○ Alocação de

PROPOSTA		
Eixos	Recomendações	Ações específicas
	são contributos para a gestão do território.	diferentes tipos de experiências profissionais e idades;
	<ul style="list-style-type: none"> As comunidades locais devem continuar como os agentes principais na condução das ações sobre o território, ainda que haja apoio das instituições; 	<ul style="list-style-type: none"> Os planos de ação devem estar sob responsabilidade dos agentes civis locais ou regionais Relatórios de avaliação e acompanhamento dos desafios, sucessos e falhas do processo;
	<ul style="list-style-type: none"> Fortalecimento de uma coesão social como forma de lidar com a diversidade abordagens; 	<ul style="list-style-type: none"> As parcerias entre diferentes setores somam energias; Estabelecer direitos e obrigações; Captação de recursos financeiros para dar suporte as iniciativas;

5.3. – Construindo plataformas participativas: proposta de aplicação das recomendações para o observatório de paisagem da Faculdade Ciências da Universidade do Porto

Para a aplicação da ação específica destacada na tabela anterior, “**Criar plataformas colaborativas, apoiadas em tecnologias digitais ou espaços de partilha de informação**” foi desenvolvida uma estrutura que indica uma forma de execução de uma das ideias elaboradas nas recomendações propostas desse relatório.

O Observatório de Paisagem da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto foi a plataforma selecionada para esta aplicação. Essa seleção considerou o contexto do relatório ser parte estágio curricular de conclusão do mestrado em arquitetura paisagista, sendo uma oportunidade de contribuição com as atividades do observatório de paisagem.

Essa escolha também considerou o contexto em que Portugal aprovou em 2015, a Política Nacional da Arquitetura e Paisagem (PNAP), obtendo mais uma responsabilidade com a paisagem, visto que já é um país signatário da CEP, e no caso da Universidade do Porto, já existe um ambiente consolidado em termos ensino da arquitetura paisagista.

A proposta (Tab.4) é a estrutura de uma plataforma digital colaborativa de imagens da paisagem da cidade do Porto. Tem como objetivo de reunir um espólio de informações do território através das imagens – fotos, postais, pinturas ou cartografia - para análise da evolução das transformações da paisagem em que a sociedade civil local seja cocriadora do espólio. A ideia da plataforma também procura alinhar com atividades do observatório, como o projeto “paisagens em transição”⁴⁰.

A estrutura (Ilus.9) da plataforma apresenta quatro fases de trabalho, sintetizada no diagrama 9 e detalhada na tabela 4:

⁴⁰ “**Paisagens em transição** é um projeto piloto sobre a evolução histórica da paisagem, através da análise da evolução e transformação da paisagem histórica e atual, utilizando fotografias, postais, pinturas ou cartografia. Este projeto pretende mostrar quais as alterações que ocorreram ao longo do tempo na paisagem e de que forma é que alguns elementos naturais ou arquitetónicos se mantiveram ao longo do tempo. Esta investigação para além de ser uma ferramenta relevante no apoio à decisão técnica e política no âmbito ordenamento do território, é também relevante para a sensibilização e educação da sociedade civil sobre a evolução da paisagem. O projeto também contribuirá para a criação de um plano de monitorização sobre a evolução paisagem.” (website do observatório de paisagem da FCUP)

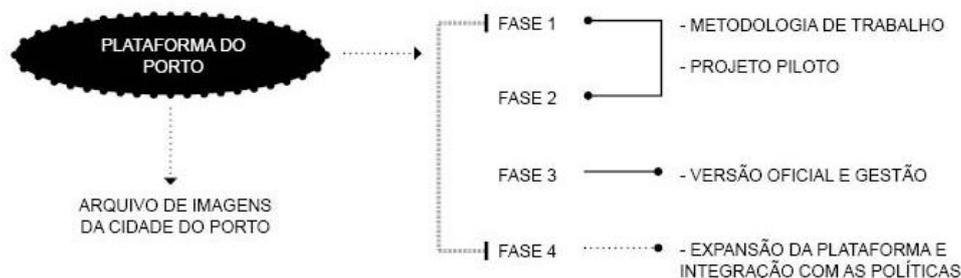


Ilustração 9 – Diagrama das fases de estruturação da plataforma (fonte: elaboração própria)

Tabela 4 - Tabela de fases de implementação da plataforma (fonte: elaboração própria)

APLICAÇÃO NO OBSERVATÓRIO DE PAISAGEM FCUP	
Plataforma digital colaborativa	
Fases	Ações
Primeira Fase:	<p>Principal objetivo: Exploração de métodos de trabalho com a plataforma</p> <ul style="list-style-type: none"> Formação de equipes de trabalho, captação de agentes voluntários sensíveis ao conceito de paisagem - <i>Sugestão:</i> alunos de arquitetura paisagista e áreas afins da Universidade Porto, coordenando pelo Observatório de Paisagem da Faculdade de Ciências. Formação, caso necessário e trabalho com plataformas digitais; ou criação de exercícios dentro das disciplinas curriculares dos cursos da universidade Identificação dos acervos e arquivos que documentaram diversos tipos de paisagem da cidade do Porto ao longo do tempo e no qual seja possível construir uma base de dados de imagens inicial para a plataforma; - <i>Sugestão:</i> Acervo https://www.duartebelo.com;⁴¹

⁴¹ O arquivo sugerido é de autoria de Duarte Belo, fotógrafo português. Ele vem registrando o território português desde 1986, e tem como ponto de partida a terra. A fotografia de paisagem é feita para um levantamento das unidades

APLICAÇÃO NO OBSERVATÓRIO DE PAISAGEM FCUP	
Plataforma digital colaborativa	
Fases	Ações
	<ul style="list-style-type: none"> • Estruturação da plataforma, do método de análise e princípios orientadores; - <i>Sugestão</i>: Selecionar os pontos de vista com base nas fotografias dos arquivos e acervos. Fotografar novamente esses pontos, estabelecer uma escala temporal de repetição das fotografias; • Percursos e visitas guiadas para reconhecimento do território em que os pontos estão alocados; • Criação de uma narrativa visual da paisagem através das imagens para a avaliação e monitoramento das transformações da paisagem do Porto; • Divulgação da iniciativa para a cidade; • Elaboração de relatórios de acompanhamento;
Segunda Fase:	<p>Principal objetivo: Proposta piloto da plataforma</p> <ul style="list-style-type: none"> • Apresentação e abertura da plataforma como projeto piloto para a comunidade do Porto; • Conscientização da ideia como uma ferramenta de formulação de práticas sensibilização, investindo no estímulo a cultura de paisagem como base para sociedade do Porto; • Apresentação dos pontos de vista das fotografias para validação pela sociedade civil, mantendo, criando, ou modificando os pontos de vista;

de paisagem do país, na busca por registrar uma identidade coletiva. O perfil do arquivo se alinha com proposta da plataforma, pois integra área do conhecimento e é um dos públicos alvo, arquitetura paisagista e as universidades. Outro ponto importante, é que o arquivo é apresentado em analogia a ideia de cidade, devido a sua complexidade na impressão e rastro. Há uma estrutura de capítulos que ordenam a investigação do autor, que são, o caminhar, a cidade, a pedra, a arquitetura, a esfera e o regresso, que em termos de missão, se alinha com a ideia de paisagem e a contribuição que se propõe nesse relatório.

APLICAÇÃO NO OBSERVATÓRIO DE PAISAGEM FCUP	
Plataforma digital colaborativa	
Fases	Ações
	<ul style="list-style-type: none"> • Criar percursos pela cidade para apresentação e observação dos pontos de vista para sociedade civil; • Convite a descoberta do território através de excursões pela cidade e registro de imagens contemporâneas, com atenção as paisagens contidas e degradadas; • Convite a comunidade do Porto na colaboração da alimentação da plataforma através do envio de imagens; • Estabelecimento de parcerias com redes civis, centros de cultura, da imagem e da paisagem; • Aprovação de uma versão oficial da plataforma; • Elaboração de relatórios de acompanhamento;
Terceira Fase:	<p>Principal objetivo: Versão oficial da plataforma</p> <ul style="list-style-type: none"> • Lançamento da primeira versão oficial da plataforma em período de teste; • Estabelecimento de um equipe permanente de gestão da plataforma, editorial e curadoria das imagens; • Criação de espaço para opiniões e sugestões da comunidade do Porto; • Promoção do projeto para a sociedade do Porto através de diversos formatos de mídias e eventos; • Criação de tutorias para facilitar o manejo da plataforma; • Elaboração de relatórios de acompanhamento;
Quarta Fase:	<p>Meta: Evolução da plataforma</p> <ul style="list-style-type: none"> • Elaboração de planos de evolução da plataforma; • Elaboração de projetos a curto, médio e longo prazo; • Expansão da plataforma para outros tipos de narrativas no registro das paisagens (desenho, filmagens, relatos

APLICAÇÃO NO OBSERVATÓRIO DE PAISAGEM FCUP	
Plataforma digital colaborativa	
Fases	Ações
	escritos e orais, sons); <ul style="list-style-type: none">• Articulação com as políticas de paisagem em escala municipal, influenciando e contribuindo para as decisões a nível planeamento do território;• Elaboração de relatórios de acompanhamento;

Considerações finais

Essa investigação refletiu, analisou e propôs iniciativas de envolvimento de agentes civis, no âmbito dos observatórios, centros e institutos de paisagem. Em acordo com os princípios defendidos pela CEP foi considerado a percepção como uma dimensão humana essencial nas ações com a paisagem. O discurso foi orientado pela reflexão de experiências em que a sociedade civil é um agente ativo, impulsionador e condutor, na observação da paisagem.

O COE, como enquadrado início desse relatório, lançou uma série de recomendações, que indicam os observatórios, centros e institutos de paisagem como instrumentos práticos de implementação da CEP. Essa iniciativa fundamentou e estimulou ao longo dos últimos anos plataformas de monitoramento de paisagem. Partindo desse cenário, o presente relatório compilou os pactos e momentos principais que vem desenhando o contexto desses instrumentos, com base numa argumentação que o direito a uma paisagem de qualidade corresponde a uma dimensão territorial dos direitos humanos, a participação, um exercício de democracia e a gestão dos valores a construção de futuro sustentável.

Diante de uma preocupação com descaracterização dos valores da paisagem, diversas iniciativas têm emergido, principalmente pós CEP. Essas reações quando bem articuladas tem estimulado uma maior consciência dos valores, gerando formas inovadoras de gestão de espaços antes nem tanto valorados, como os lugares cotidianos ou regiões degradadas, isso, graças ao trabalho colaborativo.

Contudo, esses anseios cívicos enfrentam o desafio de ganhar voz na formulação das políticas de paisagem de caráter representativo, transparente, confiável e democrático, através da transformação de implicações informais em responsabilidades legais sensíveis a participação da sociedade civil. Essa é uma das forças dos observatórios de paisagem, reforçar a interação entre as pessoas e o território, entendendo que a participação é um caminho inerente e não apenas uma finalidade consultiva. Assim, a sociedade civil se transforma em um potente observador, trabalhando em cocriação e empoderando comunidades.

O incentivo cada vez mais amplo para as iniciativas de escala local, no sentido que as relações de proximidade, proporcionado pela dimensão do território, também tem

contribuído para a legitimação de identidades culturais, bem como objetivos mais modestos, pois são mais fáceis de alcançar a curto prazo.

Outro ponto é, não existe métodos universais, ainda que se possa criar formatos amplos e flexíveis, cada paisagem sugere um tipo ação, é um caso especial. O somatório e a contínua busca pelo refinamento das metodologias podem ser uma opção, isso porque a noção de paisagem requer uma abordagem holística por natureza. Esse ponto, explorado na proposta de recomendações, com o desafio de diversificar os modos de participação, procurando criar modelos amplos que orientem os agentes civis nas decisões com a paisagem.

Por fim, a temática dos observatórios, ainda é um processo em permanente discussão, que evolui em paralelo com as próprias transições das paisagens. Como fóruns de monitoramento são importantes instrumentos na superação de um carácter reativo para um carácter proactivo, contribuindo na elaboração de estratégias que proporcionem maior resiliência e cenários mais prospetivos as paisagens.

Em seguida tem-se questões que surgiram durante o período de investigação e que podem vir a ser tema de trabalhos futuros:

Tabela 5 - Tabela de temas futuros de investigação (fonte: elaboração própria)

Proposta de temas de investigação futuros:
1.Os a gentes civis como condutores dos novos modelos de governança na paisagem
2.A cocriação pelos agentes nos processos de sensibilização com a paisagem

Bibliografia

Apresentação e fala de Joan Reguant “Os valores das paisagens agrícolas. O caso de Priorat-Montsant-Siurana. Coordenador da candidatura de Priorat-Montsant-Siurana e presidente do ICOMOS Andorra, no simpósio internacional: paisagem, agricultura e mulher, 9-10 de maio, Priorat 2019.

CASSATELLA Claudia; Federica, LARCHER (2015). Conclusion: Landscape Observatories in Europe: the Action Plan. In: Landscape Observatories in Europe II, Torino, 22-23 September 2014. Pp.118-119.

CASSATELLA Claudia; Federica, LARCHER; Roberto, GAMBINO (2015). Mission and role of the Landscape Observatories in Europe: an introduction, Torino, 22-23, September 2014, pp. 6-9.

Council of Europe Landscape Convention (2000). Council of Europe, ETS No. 176, Florence.

Council of Europe Landscape Convention, contribution to human rights sustainable development (2018). Council of Europe.

DOWER, Michael (2008). The European Landscape Convention – its origins, focus and relevance at European level to land use and landscape planning. LCN News Issue 27, pp. 10-15

Explanatory Report to the European Landscape Convention (2000). Council of Europe, ETS No. 176, Florence.

FUCHS, Janne. (2019). De landschapsbiografie: door de ogen van het verleden een blik op de toekomst, junho, Holanda, LandschappenNL e Universiteit Utrecht.

GAMBINO, Roberto (2013). Landscape Observatories in Europe: From ELC Recommendations to Local Initiatives, Florence, 27-28 juni, pp. 5-11.

Glossary of the System of the Council of Europe Landscape Convention – Spatial planning and landscape, (Council of Europe, ETS No.106, 2018)

HERWAARDEN, Gerrit-Jan van (2017). Development of a National Landscape Observatory in the Netherlands, Amersfoort, 9-10 February 2017, pp. 4-19.

Protocol Amending the European Landscape Convention (Council of Europe, ETS No. 219, Strasbourg, 1.VIII.2016)

HERICOAST - Improving Heritage Policies in Coastal and Fluvial Regions (2017). Recommendation CM/Rec (2008)3 of the Committee of Ministers of the Council of Europe to member states on the guidelines for the implementation of the European Landscape Convention.

Maguelonne Dejuan-Pons Head of the Spatial Planning and Landscape Division (2006). The European Landscape Convention, Landscape Research, France, October, vol 31, No 4, pp. 363-384.

MARTÍ, Pere Sala (2017). The Landscape Observatory of Catalonia: Increasing Knowledge and Promoting Cooperation in Landscape, Amersfoort, 9-10 February, pp. 14-21.

NOGUÉ, Joan; PUIGBER, Laura; SALA, Pere; BRETCHA, Gemma. (2010). Landscape and Public Participation: The Experience of the Landscape Catalogues of Catalonia. – Olot: Landscape Observatory of Catalonia; Directorate General of Citizen Participation, Ministry of Home Affairs, Institutional Relations and Participation, Government of Catalonia, documents 01.

NOGUÉ, Joan; BERT, Laura Puig; BRETCHA, Gemma i LOSANTOS Àgata (2011). Paisatge i educació – Olot: Observatori del Paisatge de Catalunya; Departament d'Ensenyament de la Generalitat de Catalunya, Plecs de Paisatge. Reflexions 2.

NOGUÉ, Joan; SALA, Pere (2018). Landscape, local knowledge and democracy: The work of the Landscape Observatory of Catalonia. A: Fairclough, Graham; Sarlöv-Herlin, Ingrid i Swanwick, Carys (eds.). Landscape character assessment: Current approaches to characterisation and assessment. Oxon: Routledge Handbook.

SALA, Pere; BERT, Laura Puig; BRETCHA, Gemma (2010). Landscape planning at a local level in Europe = La planificació del paisatge en l'àmbit local a Europa. – Olot: Landscape Observatory of Catalonia; Government of Andorra, documents 2.

SALA, Pere; GRAU, Jordi; TERRADES, Jordi (2017). Paisatge, desenvolupament rural e ciutadania. Bones pràctiques de col·laboració ciutadana en la gestió del paisatge a Europa, janeiro, Olot.

SALEMA, Rosário (ano desconhecido). Para uma cultura da Paisagem.

Webgrafia

Apresentação Dirk Gotzmann: disponível em:
<http://www.landschapsobservatorium.nl/Uploaded_files/gotzmanncivilandscape-observatoriesamersfoort-2017.8c12fe.pdf>

Associação de *Prioritat*: disponível em <<http://prioritat.org/>>

Convenção Europeia da Paisagem: disponível em
<<https://www.coe.int/en/web/landscape>>

CIVILSCAPE: disponível em <<https://civilscape.eu/>>

Entrevista com Roser Vernet: 'La candidatura del paisatge del Priorat a patrimoni mundial de la UNESCO depassa la comarca, és un projecte de país': disponível em
<<https://www.laconca51.cat/roser-vernet-la-candidatura-del-paisatge-del-priorat-a-patrimoni-mundial-de-la-unesco-depassa-la-comarca-es-un-projecte-de-pais/>>

Landscape Observatory Documentation: disponível em
<<https://areeweb.polito.it/LOD/index.htm>>

LVR e KuLadig: disponível em
<https://www.lvr.de/de/nav_main/kultur/kulturlandschaft/unsere_themen/kuladignw/aktuelles_7/aktuelles.jsp>

LVR e KuLadig, folheto informativo: disponível em
<https://www.lvr.de/media/wwwlvrde/kultur/kulturlandschaft/kuladignw/dokumente_189/KuLaDig-Flyer_2016_Web.pdf>

LVR e Kuladig, artigo sobre a plataforma: disponível em <https://www.lvr.de/media/wwwlvrde/kultur/kulturlandschaft/kuladignw/dokumente_189/38_09_knieps_107_122.pdf>

Organizações Provinciais da Holanda: disponível em <<https://www.landschappen.nl/provinciale-organisaties/>>

Observatório de paisagem da Faculdade de Ciências do Porto: disponível em <<https://www.observatoriodepaisagemfcup.com/>>

Plataforma digital alemã: disponível em <<https://www.kuladig.de/>>

Plataforma digital do observatório de paisagem da Holanda: disponível em <<http://www.landschapobservatorium.nl/>>

Plataforma digital do observatório de paisagem da Catalunha: disponível em <<http://www.catpaisatge.net/esp/index.php>>

Plataforma digital da elaboração da Carta de Europeia de Turismo Sustentável de PN Montsant - Priorat – disponível em <<http://www.consensus.cat/ccpriorat/>>

Plataforma digital da De Groene Motor na Holanda: disponível em <<https://www.zuidhollandslandschap.nl/de-groene-motor>>

Kleks: disponível em <<https://www.kleks.app/>>

KuLadig: disponível em <<https://www.kuladig.de/>>

Índice de anexos

Anexo I – Documento de recomendações do Conselho da Europa.....	i
Anexo II – <i>Florence Charter on the Coordination of European Landscape Observatories</i>	iii
Anexo III - Charter of Torino for the promotion and disseminations of the Landscape Observatories in Europe.....	iv
Anexo IV – Principles for the participation of the public in the definition and implementation of landscape policies, as defined in the European Landscape Convention.....	v
Anexo V – Lista de organizações provinciais da Holanda e tabela da biografia da paisagem.....	ix
Anexo VI – Quadro que relaciona os Direitos Humanos e Convenção Europeia da Paisagem.....	x
Anexo VII – Relatório da Conferência em Priorat, Espanha: (Paisagem, Agricultura e Mulher) durante o período de estágio na CIVILISCAPE.....	xiii
Anexo VIII – Tabela de atividades desenvolvidas durante o período de estágio na CIVILISCAPE.....	xviii

Anexo I

Recommendation CM/Rec (2008)3 of the Committee of Ministers to member states on the guidelines for the implementation of the European Landscape Convention

(Adopted by the Committee of Ministers on 6 February 2008 at the 1017th meeting of the Ministers' Deputies)

Appendix 1

Examples of instruments used to implement the European Landscape Convention

10. Observatories, centres or institutes

The strong forces surrounding contemporary landscapes and the many problems connected with landscape protection, management and planning necessitate continuous observation and a forum for exchanging information; the creation of landscape observatories, centres or institutes could prove useful for this purpose. Such observatories, centres or institutes would allow observation based on appropriate study protocols employing a range of indicators; they would also allow for the collection and exchange of information on policies and experience. They could be independent or part of a broader observation system.

These landscape observatories, centres or institutes could be set up at various levels – local, regional, national, international – employing interlocking observation systems, and providing the opportunity for ongoing exchanges. Thanks to these bodies, it should be possible to:

- describe the condition of landscapes at a given time;
- exchange information on policies and experience concerning protection, management and planning, public participation and implementation at different levels;
- use and, if necessary, compile historical documents on landscapes which could be useful for knowing how the landscapes concerned have developed (archives, text, photographs, etc.);
- draw up quantitative and qualitative indicators to assess the effectiveness of landscape policies;

- furnish data leading to an understanding of trends and to forecasts or forward-looking scenarios.

Exchanges of information and experience between states, regions and territorial communities, which already take place, should be based on exemplarity but should always be set against the political, social, ecological and cultural context of the original landscape.

The choice of the composition of observatories is a matter for the administrative bodies concerned but should allow for collaboration between scientists, professionals and technicians from the public authorities and the public.

Anexo II

Florence Charter on the Coordination of European Landscape Observatories

**under the auspices of
UNISCAPE – RECEP-ENELC – CIVILSCAPE**

The undersigned, on the occasion of the 5th Careggi Seminar on Landscape Observatories in Europe: From ELC Recommendations to Local Initiatives 2000-2013, which took place in Florence, at Villa Ruspoli on the 27-28 June 2013, consider that:

1. The European Landscape Convention is the cultural reference point for all activities to be carried out;
2. that the guidelines of the Committee of Ministers of the Member States of the Council of Europe, of February 2008, expressly provide for (Art. 10) the establishment of landscape observatories, research centres and institutions dedicated to landscape;
3. that the knowledge, management, safeguarding and enhancement of landscapes must be realised through concrete and innovative forms of participation by the populations in Europe;
4. that landscape observatories (whether institutional or independent) in the various European countries have, for many years, played an active and decisive role in involving and ensuring the participation of the populations and the authorities in landscape issues;

INTEND

today, Friday 28 June 2013 in Florence at Villa Ruspoli,

to formally recognise the establishment of European coordination of landscape observatories to actively contribute to the full implementation of the European Landscape Convention.

The undersigned of the present Charter, commit themselves to convening a meeting before the end of 2013 to approve the establishment of the coordination board. The Executive Board of UNISCAPE invites the Polytechnic of Turin and the University of Turin to take charge of the following steps of action.

Villa Ruspoli, Florence, Friday 28 June 2013

Anexo III

CHARTER OF TORINO

for the

PROMOTION AND DISSEMINATION OF THE LANDSCAPE OBSERVATORIES IN EUROPE



Foto Tommaso Zanaica

The UNDERSIGNED

on the occasion of the first UNISCAPE En-Route *International Seminar*
"LANDSCAPE OBSERVATORIES IN EUROPE II"
which took place in Turin, *Castello del Valentino*, on 22-23 September 2014,

- **considering** that the COUNCIL OF EUROPE RECOMMENDATION CM/Rec (2008)3 identifies LANDSCAPE OBSERVATORIES as a useful approach for application in all Member States of the principles of the EUROPEAN LANDSCAPE CONVENTION;
- **considering** that the participation of European citizens in the decisions concerning landscape is a priority for their proper and effective protection, management and enhancement;
- **being aware** that the LANDSCAPE OBSERVATORIES may be the appropriate platform of democratic debate for participatory policies and planning of the landscape;

ADDRESS

the COMMITTEE OF MINISTERS of the COUNCIL OF EUROPE to organise a special conference to exchange experiences and best practices in order to support efforts on establishment of LANDSCAPE OBSERVATORIES in the different countries. This to be achieved through the preliminary constitution of EUROPEAN COORDINATION between all those existing LO on the basis of studies and activities already carried out by the three European networks UNISCAPE, RECEPE-ENELC and CIVILSCAPE and others.

Anexo IV

Principles for the participation of the public in the definition and implementation of landscape policies, as defined in the European Landscape Convention

(Adopted by the Working Group of the Council of Europe on the European Landscape Convention “Landscape and democracy”, on 19 October 2016)

Introduction

The landscape is always changing – due to natural processes and/or human activity, human activity being by far the most significant. The European Landscape Convention does not aim to prevent changes: on the contrary, its measures are designed to ensure that landscape changes are planned and managed in a way that responds to the aspirations of the society. Territorial development policies affect all members of society.

The quality and changes in the everyday landscape impact the way of life and the choices of the inhabitants as to their place of residence and destination for leisure or tourism purposes. Public space is in this respect of considerable importance; the location of streets, places and meeting places, as well as the atmosphere that prevails, can often determine the character and quality of interactions between individuals or groups. In order to ensure a balance between protection, management and planning, in accordance with the provisions of the convention, spatial/regional planning is a key tool: it helps to identify the landscapes favoured by the citizens and enables the development of landscape policies that meet the expectations of people in terms of quality. To encourage public involvement and its active participation, the formulation of landscape quality objectives as foreseen by the convention (Articles 1.b, 1.c and 5.b) is particularly important in spatial planning processes.

The most valuable resources of an advanced society may be the knowledge, creativity and ingenuity of its population. The mobilisation of entrepreneurs, young people and voluntary associations gives new impetus to many communities. With regard to landscape issues, professionals and citizens should all have the same opportunity to express their views, regardless of their professional situation and social or cultural background. Everyone has a relationship of perception, understanding and experience of the place where they live, work or visit. Moreover, the landscape does not belong to any one academic discipline alone, but is a common meeting ground for a number of professions.

The principle of subsidiarity acknowledges that local challenges are most effectively met by local initiatives. According to this principle, local decisions should be seen in a broader perspective. The local demands and demands by society in general should be balanced. Finding a good balance between them is the greatest challenge for landscape policies. To ensure balanced participation and equal rights at the initial level of the decision-making process, the individual citizens and local communities should be empowered to make informed decisions and truly influence the outcome of the planning process.

New approaches may emerge in our increasingly multicultural societies, where citizens come not only from diverse cultural backgrounds, but also from very diverse landscape backgrounds. Active citizens and public participation bring new life and new approaches to the political debate. It is likely that they will seek and defend satisfactory solutions if they understand, accept and acknowledge the importance of the quality of their living environment. In addition, citizens who are aware of these issues will be able to support their politicians when they are confronted, for example, with developers who present glossy but unsustainable schemes which are likely to cause detrimental changes to their living environment.

Active public participation is likely to encourage and support political creativity and increase the range of feasible solutions that support good decision making. The transparency, openness and good governance that are associated with active citizen participation can discourage attempts of corruption. In this way, conflicts are prevented or resolved in open, transparent and democratic processes. The consideration of spatial development and landscape policies is based on political reasoning and democratic debate – rather than being governed by developer profits, complicated legal procedures or court decisions.

1. Aim of public participation

The aim of public participation is to enable the population, whether directly or indirectly concerned, to play an active role in defining and implementing landscape policies, specifically in formulating, implementing and monitoring landscape quality objectives.

2. Stakeholders

National, regional and local authorities, the citizens directly and indirectly affected, the public, non-governmental organisations, professional organisations and economic

actors, landscape experts and scientists, either as individuals or organised groups, are all regarded as stakeholders in a participatory process.

3. General principles

In accordance with the European Landscape Convention, public participation:

- is a democratic process involving all the relevant stakeholders;
- is regarded as an instrument for strengthening the expression of the diversity of people's shared cultural and natural heritage, the foundation of their identity, so that they can recognise themselves in their surroundings;
- respects the principle of subsidiarity in the sense that each state decides on methods and tools of public participation, which are implemented in the light of the most appropriate level of decision-making authority;
- involves taking into account the social perception of landscape and aspirations of the public in choices regarding landscape policies;
- should take place at all phases of the processes of drawing up, implementing and assessing landscape policies;
- is more than simple consultation and implies real involvement of those concerned, as well as a negotiation process;
- implies reciprocal communication between authorities, experts and citizens; f implies that all the participants have equal rights and duties during the procedure;
- implies adequate, timely and comprehensive information and full access to it.

4. Procedures

The public participation procedures used on the occasion of projects under territorial development policies, policies having territorial impacts or being the subject of impact studies, must consider the specificity of the landscape. They should be chosen by each state from among methods and tools appropriate to the problems identified, taking account of existing procedures, administrative bodies, the various territorial situations, the social and cultural background of the population, and the types of operational instruments used the scale and scope of the operation. Various processes, methods and tools, such as consultation, public inquiries, information meetings, exhibitions, videos, scenarios and so on, may be used individually or simultaneously.

Public participation activities should be adequately prepared by the responsible authority as well as by relevant stakeholders (timelines should be ensured). In order to

be effective, public participation requires appropriate, timely and easily accessible information. If necessary, specific information may be prepared for awareness-raising activities preceding and during the public participation procedure. The information provided should be both technical and nontechnical, and easy to understand by all who want to participate in the process. Care should also be taken to consider those not familiar with, or with no easy access to, digital or electronic means of communication.

5. Results

The results of public participation (comments submitted, objections, additional or alternative proposals, and so on) whether taken into consideration or not, should be made public, namely by means of a dedicated report. The decision not to consider certain results should be justified

Anexo V

Lista das organizações provinciais da Holanda envolvidas pela LandschappenNL descritas na plataforma digital (<https://www.landschappen.nl/provinciale-organisaties/>):

- It Fryske Gea
- Landschapsbeheer Friesland
- Landschap Noord-Holland
- Het Zuid-Hollands Landschap
- Utrechts Landschap
- Landschap Erfgoed Utrecht
- Het Zeeuwse Landschap
- Landschapsbeheer Zeeland
- Het Groninger Landschap
- Landschapsbeheer Groningen
- Het Drentse Landschap
- Landschapsbeheer Drenthe
- Landschap Overijssel
- Geldersch Landschap en Kasteelen
- Landschapsbeheer Gelderland
- Het Brabants Landschap
- Het Flevo-landschap
- Landschapsbeheer Flevoland
- Het Limburgs Landschap
- IKL-Limburg

Tabela em holandês dos tipos de abordagem da biografia da paisagem:

Middel	<i>Hoge bewonersparticipatie</i>	<i>Hoge kennisintensiteit</i>
Gebiedsomvang	<i>Klein gebied (1 of 2 dorpskernen)</i>	<i>Groter gebied (gemeente, (kleine) regio)</i>
Doel	<i>Draagvlak lokaal landschap creëren, in kaart brengen landschapswaardering</i>	<i>Kennis vergroten, historisch goed onderhouden omgevingsbeleid</i>
Doelgroep	<i>Gemeenten, beleidsmedewerkers omgevingsbeleid</i>	<i>Beleidsmedewerkers omgevingsbeleid</i>
Voorbeeld	<i>Gewaardeerd Landschap, buurtschappenvisie Gortel & Niersen</i>	<i>Drentsche Aa, Smallingerland, de vier Nationale Parken</i>

Anexo VI

Human rights and landscape

Human rights	European Landscape Convention	International and European human rights law
1. Right to well-being, quality of life and sustainable development	Preamble: Paragraph 6 "quality of life for people everywhere" Paragraph 9 "key element of individual and social well-being"	UDHR, ⁹² Articles 25.1, 29.1 ICESCR, ⁹³ Article 4 UNCRC, ⁹⁴ Articles 17, 31
2. Right to health	Paragraph 5 "human well-being" Paragraph 9 "individual well-being"	UDHR, Article 25.1 ICESCR, Article 12.1 UNCRC, Articles 17, 24.2.e European Social Charter, Article 11 CFREU, ⁹⁵ Article 35
3. Right to dignity and non-discrimination	Paragraph 5 "human well-being"	UDHR, Articles 22, 7 ICESCR, Article 3 ICCPR, ⁹⁶ Article 2 CFREU, Articles 1, 21 European Convention on Human Rights, Protocol No. 12 (2000)
4. Right to participate in cultural life	Paragraph 5 Articles 5.a, 5.c, 5.d	UDHR, Article 27.1 ICESCR, Article 15.1.a UNCRC, Article 31 CFREU, Article 22 Faro Convention, ⁹⁷ Article 2

92. Universal Declaration of Human Rights, 1948.

93. International Covenant on Economic, Social and Cultural Rights, 1966.

94. United Nations Convention on the Rights of the Child, 1989.

95. Charter of Fundamental Rights of the European Union, Treaty on European Union, 2007.

96. International Covenant on Civil and Political Rights, 1966.

97. Council of Europe Convention on the Value of Cultural Heritage for Society, 2005.

<p>5. Right to landscape for all and landscape as a common resource</p>	<p>Paragraph 4 "general interest" Paragraph 8 "enjoy high-quality landscapes" Paragraph 9 "rights ... for everyone" Paragraph 11 "common resource"</p>	<p>UDHR, Article 12 ICESCR, Article 11 "continuous improvement of living conditions", Article 25 1972 Stockholm Declaration, Principle 1 1992 Rio Declaration, Principle 1 1981 African Charter on Human and Peoples' Rights, Article 24 1988 San Salvador Protocol, Article 11 2003 Maputo Protocol, Article 3 1998 Aarhus Convention, Article 1 European Court of Human Rights, <i>López-Ostra 1999</i>, <i>Tatar 2009</i>, <i>Bacila 2010</i> European Convention on Human Rights, Article 8.1</p>
<p>6. Right to education</p>	<p>Article 6.B</p>	<p>UDHR, Article 26 UNCRC, Articles 28.1, 29.1.e "The development of respect for the natural environment" European Convention on Human Rights, Protocol No. 1, Article 2</p>

7. Right to information and to participation	<p>Paragraph 8 "play an active part"</p> <p>Paragraph 9 "responsibilities for everyone"</p> <p>Article 5.c</p> <p>Article 6.A</p> <p>Article 6.C.1</p> <p>Article 6.C.1.b</p> <p>Article 6.D</p>	<p>ICCPR, Articles 19.2, 25.a</p> <p>ICESCR, Article 15.1.a</p> <p>UNCRC, Articles 13.1, 17</p> <p>European Convention on Human Rights, Article 10</p> <p>1992 Rio Declaration, Principle 10</p> <p>Aarhus Convention, information and participation on "landscape" Article 2.3.a</p> <p>European Court of Human Rights, "participate in debates on subjects of general concern", <i>Vides Aizardzibus Klubs 2004, Mamère 2005</i></p>
8. Right to compensation and restoration	<p>Paragraph 6 "degraded areas"</p> <p>Article 1.f "restoration"</p>	<p>1992 Rio Declaration, Principle 13</p> <p>European Convention on Human Rights, Article 41, "just satisfaction"</p>
9. Right to continued enjoyment of a certain quality of landscape or right to non-regression	<p>Paragraph 8 "high-quality landscapes"</p> <p>Article 12 "stricter provisions to take precedence"</p>	<p>ICESCR Articles 2, 11-1, "continuous improvement"</p> <p>"The future we want" Rio Declaration 2012, paragraph 20, "critical that we do not backtrack from our commitment"</p> <p>CFREU, Articles 37 and 53, "high level, improvement"</p>

AnexoVII

Relatório do Simpósio – Durante o período de estágio da CIVILSCAPE

O Simpósio Internacional sobre Paisagem, Agricultura e Mulher que aconteceu nos dias 9 e 10 de maio na Cartoixa d'Escaladei ofereceu uma vivência completa da paisagem da comarca de Priorat. Iniciativa 100% prioratina que teve como parceiro organizador o Observatório de Paisagem da Catalunha, também contou com o impulso e apoio de todas as instituições representadas na Comissão de Paisagem e Sustentabilidade. Foi um significativo momento de compartilhamento de projetos de diferentes locais do mundo, em que o papel da mulher no ambiente agrícola recebeu visibilidade e voz, através de quatro blocos estruturadores - values, model, governance and the agricultural cultural landscape of Priorat – em que boa parte dos

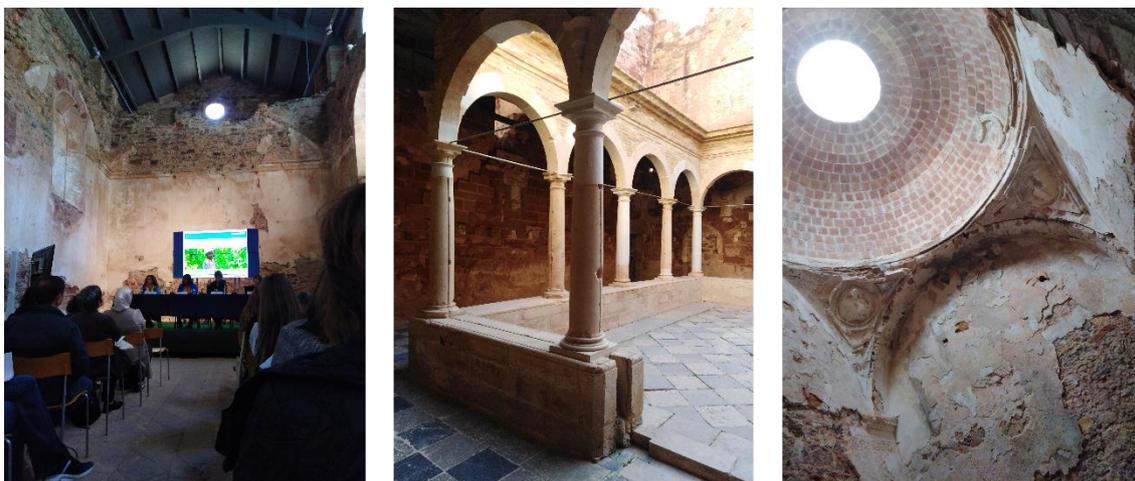


Figura - Cartoixa d'Escaladei, Priorat, Spain. 2019, (fonte: Rafaela Souza)

conferencistas eram mulheres. As experiências apresentadas destacaram a importância da relação que a mulher desenvolve na prática cotidiana e transmissão de saberes dos territórios agrários.

A intenção do simpósio foi estabelecer uma atmosfera em que “it is absolutely essential to foster exchanges and forge links between landscapes, initiatives and projects around the world that work for the development, viability and safeguarding of resilient agricultural models that, on the basis of tradition and innovation, demonstrate the viability of systems adapted to regions idiosyncrasies and offer a decent life to the people who live there and construct them day by day” (guia do simpósio).

O espaço de debate e reflexão também aconteceu na ocasião em que a paisagem anfitriã do simpósio se encontra na reta final de um trajeto de mais de uma década de

envolvimento da sociedade civil na candidatura para a lista de Patrimônio Mundial da UNESCO como “Priorat-Montsat-Siurana, mosaico mediterrâneo, paisagem agrícola de montanha”. A candidatura que foi coordenada pela associação PRIORITAT, impulsionou e conduziu diversas transformações na paisagem de Priorat, que hoje se apresenta como um modelo exemplar de consciência e respeito ao território, com um mundo rural ativo em que a mulher está integrada em todas as etapas da gestão da paisagem como elemento de equilíbrio numa agricultura de proximidade como destacou Joan Reguant (Coordenador da candidatura Priorat-Montsant-Siurana, presidente d’ICOMOS Andorra) que “por trás de uma garrafa de vinho, há uma relação de amor de cada agricultor com suas vinhas”.



Figura - Vinhas de Escaladadei, Priorat, Spain. 2019 (fonte: Rafaela Souza)

As conferências abriram espaço para muitas reflexões. As conferencistas Mina El Mghari da Universidade de Rabat e Amal El Antai, presidenta da Mar jana, cooperativa de mulheres do óleo de argano, integraram o primeiro bloco com um forte discurso, onde apresentaram a importância da árvore argano no marco da paisagem do Marrocos e sua antiga bagagem mítica que tornava possível a subsistência das comunidades, pois oferecia sombra, forragem para os animais e óleo para alimentação e iluminação. Mas hoje se encontra em desmatamento descontrolado para produção do carvão. Tendo assim, no trabalho das mulheres da cooperativa, os principais atores dessa paisagem, a possibilidade de salvaguardar as práticas tradicionais e artesanais com o território. Permitindo também, o empoderamento feminino através de um trabalho que estimula o interesse pela atividade rural, possibilitando que a mulher participe de forma mais ativa do ambiente profissional e melhorando a condição

socioeconômica das famílias, além de manter viva a interação humana com essa paisagem.

Ao fim do primeiro dia aconteceram visitas guiadas por diferentes locais de Priorat, participamos da visita às cooperativas de vinho e azeite, no qual foi possível entender em loco o excelente trabalho de sensibilização realizado com a sociedade da comarca. A consciência de paisagem, da relação respeitosa com território está bem difundida na sociedade prioratina. Se conhece bem os valores de sua região e trabalha-se para que esse valor seja mantido, por exemplo, com o excelente traçado das vinhas, o cultivo oliveiras, as policulturas, bem como os bosques e a organização das cooperativas locais de produção de azeite e vinho que mesmo em escala local conseguem lançar produtos competitivos no mercado.



Figura – Cooperativa em Falset, Priorat, Spain. 2019 (fonte: Rafaela Souza)



Figura – Paisagem Mosaico, Priorat, Spain. 2019 (fonte: Rafaela Souza)

Durante os debates ainda foi destacada a importância de se recuperar e reaprender sobre o trabalho voluntário, engajando as pessoas para construir processos de gestão de paisagem os mais participativos possíveis, pois paisagem é um tema complexo, que exige uma monitorização contínua e persistente. Portanto, repartir compromissos e somar inteligências é um dos caminhos para novos tipos de governanças. O próprio simpósio teve muito do envolvimento da comunidade local de Priorat, que trabalharam por exemplo, para servir uma boa refeição com produtos da região durante os dias conferência na Cartoixa d'Escaladei, permitindo uma experiência muito sensível com o patrimônio material e imaterial da comarca.



Figura – Alguns dos desenhos de Josep Subirats, Priorat, Spain. 2019 (Rafaela Souza)

No último dia, aconteceu a abertura da exposição “Priorat por Josep Subirats, sessenta anos desenhando Priorat” com uma série de desenhos em diferentes estilos e momentos sobre a paisagem de Priorat, no qual podemos observar como o território compõe o imaginário e a expressão artística da sociedade.

Os dias na comarca de Priorat foram intensos e imersivos, desde o momento que se começa a percorrer as sinuosas estradas somos convidados a perceber que tipo de velocidade aquela paisagem suscita, vemos a paisagem lentamente moldada pelo homem, numa relação sensível onde se torna claro que esse é um sistema de gestão da paisagem coletiva e dinâmica, no qual um novo modelo de território foi construído, como destacado pelo Joan Reguant, “a paisagem é o objetivo”.

Anexo VIII

Atividade/Mês	Janeiro				Fevereiro				Março				Abril				Maio				Junho				Julho							
	s1	s2	s3	s4	s1	s2	s3	s4	s1	s2	s3	s4	s1	s2	s3	s4	s1	s2	s3	s4	s1	s2	s3	s4	s1	s2	s3	s4				
Início do estágio na CIVILSCAPE;	█																															
Proposta de estágio para a Universidade do Porto;					█	█	█	█																								
Relatório de progresso para UP;													█	█	█	█																
Apresentação do relatório de progresso para UP;																					█	█	█	█								
Conferência Internacional Paisagem, Agricultura e mulher, Priorat, Espanha;																					█	█	█	█								

